



Universidade Federal da Bahia

Escola de Teatro

Licenciatura em Teatro

ALEXANDRE LUÍS SOARES MILITÃO DE SOUZA

**POÉTICA DA RESISTÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DO
TEATRO DO OPRIMIDO E AS QUESTÕES LGBTs NO
ÂMBITO ESCOLAR**

Salvador

2021

ALEXANDRE LUIS SOARES MILITÃO DE SOUZA

**POÉTICA DA RESISTÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DO TEATRO
DO OPRIMIDO E AS QUESTÕES LGBT NO ÂMBITO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Teatro da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, como parte do requisito necessário para a obtenção do título de Licenciado em Teatro.

Orientadora: Prof. Cristiane Santos Barreto

Salvador

2021

ALEXANDRE LUÍS SOARES MILITÃO DE SOUZA

**POÉTICA DA RESISTÊNCIA: UM ESTUDO A PARTIR DO TEATRO DO
OPRIMIDO AS QUESTÕES LGBTs+ NO ÂMBITO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Licenciatura em Teatro da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia, como parte do requisito necessário para obtenção do título de Licenciada em Teatro.

Orientadora: Professora Dra. Cristiane Santos Barreto

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Santos Barreto
ETUFBA/UFBA – Orientadora

Prof. Dr. Luís Cláudio Cajaíba Soares
ETUFBA/UFBA – Examinador

Prof. Dr. Rodrigo Morais Leite
ETUFBA/UFBA – Examinador

UFBA, Salvador

2021

Dedico esse trabalho a minha mãe, a minha família, aos meus professores e professoras, amigos, e Coletivo Fraude Pura que, mediante a todas as dificuldades ao longo desses anos, nunca me deixaram desistir e contribuíram para mais essa conquista na minha vida.

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado capacidade de ter chegado até esse momento, e nunca ter me abandonado durante todo o processo acadêmico.

Em seguida agradeço a minha família, em especial minha mãe Maria Soares Militão, que é a mulher mais forte que conheço, e sempre fez de tudo, durante toda sua vida para que eu nunca desistisse dos meus estudos e sonhos. Agradeço a ela por todas as orações, preocupações, e por cada clamor, pois enquanto estivemos separados, dentro do processo da graduação, eles chegaram até mim.

Agradeço a todas professoras e professores que passaram por mim, durante essa jornada que está sendo a minha vida.

Aos meus amigos e amigas que por muitos momentos me ajudaram ou sofreram junto comigo.

Agradeço imensamente à minha orientadora Dra. Cristiane Barreto, que aceitou junto comigo, passar por esse processo tão importante, e tão minucioso como o Trabalho de Conclusão de Curso, pela sua paciência e motivação durante todo desenvolvimento.

Por fim, agradeço a Coletivo Fraude Pura que foi uma família adquirida dentro da universidade. Pelos momentos felizes, mas principalmente pelos momentos difíceis, onde fui acolhido e cuidado. Ao suporte que me deram durante toda graduação. Muito obrigado, a todas essas mulheres e homens pretos, que tanto me ensinaram.

“Inaugura a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro. Inaugura o desamor não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se amam. Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odiaram. Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram sua humanidade negada, mas os que negaram, negando também a sua”.

Paulo Freire

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso discute sobre a LGBTfobia, como ela se estrutura no espaço escolar, como afeta a vida dos adolescentes que já são ou não assumidamente parte da comunidade assim denominada e como esse problema, em longo prazo, pode afetar a existência dessas pessoas. Apresenta através de revisão bibliográfica a contextualização, os aspectos e fragmentos da História da LGBTfobia, assim como importantes características do teatro proposto por Augusto Boal. Dessa forma, utilizando-se da metodologia e do modelo do Teatro do Oprimido, descreve como, através de uma oficina, essas questões que circundam essa população LGBT+, foram refletidas e experimentadas. O principal objetivo da oficina descrita foi lidar com as situações vividas pelos jovens integrantes (suas dores e lutas visibilizadas), propondo o empoderamento através do uso de exercícios que tinham como base as técnicas da pedagogia e do teatro do oprimido, de Paulo Freire e Augusto Boal, respectivamente. A ação de pesquisa foi realizada com discentes LGBTs+, concluintes do ensino da educação básica, em escolas públicas do estado da Bahia e de São Paulo, como parte das atividades do componente curricular, Prática de Estágio em Pedagogia do Teatro III.

PALAVRAS-CHAVE: LGBTfobia. Teatro do Oprimido. Educação Libertadora. Diversidade Sexual e de Gênero.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DAS MORTES VIOLENTAS DE LGBT POR ESTADO, BRASIL - 2019.....	25
FIGURA 2 - MATÉRIA JORNALÍSTICA	45
FIGURA 3 - ÁRVORE DO TEATRO DO OPRIMIDO.....	48
FIGURA 4 - TEATRO IMAGEM	54
FIGURA 5 - ÚLTIMA AULA	59

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CASOS DE MORTES VIOLENTAS DE LGBT+, BRASIL, 2000 A 2019.....	24
---	----

Sumário

Introdução.....	10
1. Contextualização da LGBTfobia.....	13
1.1 Aspectos da LGBTfobia.....	13
1.2 História.....	14
1.3 Características.....	21
2. Estrutura da LGBTfobia no ambiente escolar.....	27
2.1 Dados da violência LGBTfóbica.....	32
2.2 Consequência da LGBTfobia.....	33
3. Teatro do Oprimido: motor de transformação na experiência de estágio docente.....	38
3.1 Opressão como ferramenta de dominação.....	40
3.2 Uma educação libertadora.....	42
3.3 BNCC e temas transversais nos PCNs.....	46
3.4 Aspectos da árvore do T.O como mecanismo de reflexão.....	48
3.5 T.O como proposta metodológica para se combater a LGBTfobia no ambiente educacional.....	53
Considerações finais.....	61
Referências.....	63
Apêndice.....	65

Introdução

Durante todo ensino fundamental e médio nas escolas públicas onde estudei, a minha orientação sexual sempre foi um problema. Antes mesmo de entender o que era ser homossexual, a palavra “viado” já circundava minha existência. Eu já era ridicularizado, tachado e humilhado, fora, mas principalmente dentro do espaço de “educação”.

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transgêneros, Outras Possibilidades de Expressão de Gênero e Sexualidade (LGBT+) não possuem na escola um lugar de segurança. Ao contrário, dentro dessas instituições é onde há mais sofrimento e criamos traumas para vida inteira. Quando não é retirado de nós o direito à educação. É recorrente ouvir relatos de adolescentes e jovens que abandonam o ensino pela falta de segurança e por medo que se instaura dentro do processo educacional.

Vivemos numa sociedade constituída e constitutiva pela e da violência. A norma homem-branco-hétero exerce sobre as demais subjetividades um efeito colonizador e extrativista. Colonizador no sentido de impor-se violentamente sobre o outro, por considerá-lo menor. Extrativista no sentido de sugar a energia vital de quem está fora da norma, por meio de violentos processos de submissão (VEIGA, 2018, p. 01).

Segundo o Grupo Gay da Bahia, a cada 26 horas uma pessoa LGBT+ é assassinada ou comete suicídio neste país. E quando vamos olhar no campo educacional o problema não fica menor. Todos os dias crianças, adolescentes e jovens são ridicularizados, sofrem violência física e verbal nas escolas brasileiras. Diante disto, questões que circundam a comunidade LGBT+ dentro do sistema educacional, mostram a necessidade e a importância de serem discutidas. Na maioria das vezes, docentes e gestores se recusam a abordar a temática dentro das escolas.

O fato é que, por ter vivido estas situações, me dispus a querer modificar essa realidade, tão danosa e tão doentia. Assim, convoquei um grupo de jovens colegiais também submetidos à discriminação por conta da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A abordagem, através do ensino formal, sobre as diversidades e as problemáticas que norteiam a LGBTfobia, pode redefinir um triste cenário da educação no país. Em vista disso, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a realidade escolar da maioria dos adolescentes LGBTs+ que sofrem diariamente com os abusos dentro dos colégios, tanto por outros colegas, como por educadores e gestores. Visando a ampliar a discussão por uma educação libertadora, através do ensino prático, comunicativo e participativo, e para defender a ideia que o Teatro do Oprimido é uma estratégia pedagógica eficaz para debater e refletir sobre a LGBTfobia, como também uma metodologia artística teatral capaz de desenvolver um ensino libertador, participativo, prático e comunicativo no ambiente educacional.

Pretendo refletir a partir do trabalho prático realizado com discentes da educação básica, experiência realizada como parte do componente curricular, Prática de Estágio em Pedagogia do Teatro III dentro do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que teve um embasamento teórico e prático, em defesa de um teatro de ação política, dentro da educação. O plano da oficina foi desenvolvido a partir da metodologia do Teatro do Oprimido, como motor criativo e reflexivo, para se perceber e modificar as consequências da LGBTfobia no ambiente escolar.

Não buscava uma mágica transformação, mas sim promover a reflexão, a auto análise, o reconhecer-se no mundo, o pensar onde se está. Enfim, perceber a relação opressor X oprimido. E favorecer que cada indivíduo pudesse, a partir dessas provocações, ter a noção de como a LGBTfobia pode lhes afetar nessa estrutura de poder. E também como opor-se a esse sistema e construir novas realidades, gerando conhecimento, força, percepção e empoderamento.

Dessa forma, o estudo trabalha com a hipótese de que um ensino através de um fazer teatral, de ação política com o Teatro do Oprimido (experiência que foi realizada durante o estágio III, com o grupo de recém formados da educação básica), ajudaria a futuros docentes e discentes da educação formal a refletir e desconstruir determinados comportamentos e ações discriminatórias de prática comum que pessoas LGBTs+ são submetidas diariamente dentro das instituições educacionais.

1. Contextualização da LGBTfobia

A escola faz parte do cotidiano de milhares de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Havendo encontros que se repetem cinco a seis vezes por semana, tendo uma média de 4 horas por dia, e todas essas reuniões colaboram para que a escola seja o primeiro espaço de construções de normas e de socialização de um indivíduo, contribuindo com que aprendam determinadas demandas e questões de uma sociedade, mesmo que de forma implícita. A partir dessas ideias vai se construindo e se moldando cada sujeito, se percebendo nas relações humanas e sociais, fora e dentro do ambiente educacional.

A partir disso, pessoas LGBTs+ ou as que são percebidas assim, aprendem desde muito cedo, ainda na infância, o lugar de subserviência em que se espera que elas se mantenham nessas relações interpessoais de convivência e poder, ensinamento que desdobra com bastante força dentro das escolas durante toda educação básica e se perpetua para a vida adulta. Portanto, é importante perceber as conexões da LGBTfobia na sociedade para que possamos entender como ela é transferida e mantida na educação e no ambiente escolar. Com isso, conseguiremos identificar as consequências dessas ações na vida adulta de crianças e jovens LGBTs+.

Dessa forma, ficará visível a necessidade de uma educação libertadora e livre de opressões. A partir disso, deve-se possibilitar uma discussão sobre as vantagens de utilizar o Teatro do Oprimido na educação básica, e de como a sua metodologia pode ser eficaz para o combate da LGBTfobia no ambiente escolar e para uma pedagogia livre de dogmas opressivos.

1.1 Aspecto da LGBTfobia

A diversidade sexual e de gênero hoje está na mesa dos grandes debates sociais, isso porque grande parte da sociedade brasileira, por ignorância do conhecimento (ligado diretamente com a precariedade do sistema educacional), pela

interpretação equivocada de livros sagrados e obviamente por uma educação machista e patriarcal, não veem a pluralidade como algo necessário. Isso, na prática, desencadeia um problema público muito sério que é a LGBTfobia, que mata centenas de pessoas todos os anos só no Brasil.

Dessa maneira, é necessário perceber as nuances da discriminação com essas pessoas *queer*¹, questionar-se se sempre existiu ou se é um problema da modernidade, quais são as características? Por que ainda persiste na sociedade atual? São só algumas das indagações necessárias para falarmos dos aspectos da LGBTfobia.

1.2 História

A homossexualidade era vista com bastante naturalidade em determinados propósitos no mundo antigo e um grande exemplo disso foram os acontecimentos localizados por historiadores, na Grécia e em Roma, que tinha um sistema cultural, político e educacional baseadas na existência de grandes benefícios para as relações homoafetivas. Na Grécia, presumia-se que a partir de determinada idade, na adolescência dos garotos, era preciso que eles se relacionassem com homens mais velhos, para que assim pudessem aprender com aqueles senhores, que na sua maioria eram grandes chefes de poder, com relevância na sociedade ateniense e espartana. Segundo o pesquisador Luiz Carlos Pinto Corino (2006), era dessa forma que a sociedade grega transferia seu poder e conhecimento. Ele afirma que

¹ Dentro da sigla LGBTQIA+ a letra “Q” se refere a pessoas *queer*, que dentro do entendimento da comunidade brasileira se refere a pessoas que não se percebem dentro da ideia de um só gênero definido, e por tanto transitam entre um e outro. O site oficial da Natural no mês junho, que é o mês da luta contra LGBTfobia, trouxe um artigo onde explica para seus clientes a diferença de cada letra da sigla LGBTQIA+, e segundo o artigo publicado pela Natura palavra *queer* de forma literal significa estranho, e sempre foi usado como xingamento a homossexuais nos Estados Unidos, assim como viado no Brasil. Porém, atualmente a comunidade LGBT+ norte-americana se apropriou do termo *queer*, que hoje é usado como uma palavra guarda-chuva para se referir a pessoas e a toda população LGBTQIA+. Desse modo acredito ser extremamente relevante a utilização e o destaque de um termo que foi por muito tempo usado como ofensa, para que haja uma resignificação e um ganho de empoderamento nessa palavra.

A relação homossexual básica e aceita pela sociedade ateniense se dava no relacionamento amoroso de um homem mais velho, o erastes (amante), por um jovem a quem chamavam eromenos (amado), que deveria ter mais de 12 anos e menos de 18. Esse relacionamento era chamado paiderastia (amor a meninos), ou, como pode ser melhor compreendido, homoerotismo, e tinha como finalidade a transmissão de conhecimento do erastes ao eromenos. O que para nós pode parecer anormal, para os gregos era o paradigma da educação masculina, a paidéia (educação) que somente se realizava pela paiderastia (CORINO, 2006, p.19).

Então, esses garotos eram retirados de suas casas e passavam a viver e se relacionarem com esses senhores. Esses atos nos tempos atuais ficaram conhecidas como a prática da pederastia, o que hoje entendemos como um ato de pedofilia, mas para época e sua filosofia era um ato comum e difundido como uma ação voltada para educação.

Logo, não era somente com adolescentes que a relação entre dois homens era encorajada na sociedade grega. Dentro da força militar da cidade-estado de Esparta, existia um grande número de homens que se relacionavam entre si, não tão somente de forma sexual, como também afetivamente. A filosofia da época percebia vantagens em militares homossexuais. “Em Esparta, uma sociedade guerreira, os casais de amantes homens eram incentivados como parte do treinamento e da disciplina militar” (CORINO, 2006, p. 20).

Acreditava-se que um guerreiro que amava outro homem não lutaria somente por ele, ou pela sua pátria, mas também pelo seu amado que está lutando ao seu lado. Dessa forma, existia a “tropa de elite composta unicamente de casais homossexuais. Eram extremamente ferozes, pois, lutavam com muita bravura para que nada acontecesse a seus parceiros. Em campo de batalha eram quase imbatíveis” (Idem, p. 20). A partir disso, se utilizavam de forma bem estratégica, do afeto e das relações que se criavam para que houvesse colaboração na vida militar desses homens.

Em Roma, as relações homoeróticas aconteciam em virtude da demonstração de poder: “Essa relação de domínio através do sexo era favorecida pelo escravismo e pelo machismo e não se restringia aos romanos, mas era comum a boa parte dos povos do Mediterrâneo” (POSSAMAI, 2013, p.04). Dessa forma, segundo o professor Dr. Paulo César Possamai (2013), donos de escravos eram encorajados a terem

intimidade com seus vassallos, porém, sempre de forma ativa, para que dessa maneira eles pudessem demonstrar superioridade em associação a seus escravizados.

Já na América Latina como um todo, existem vários relatos de etnias ameríndias onde a homossexualidade ou a transexualidade é percebida com bastante respeito. Um grande exemplo disso é um povo localizado na região de Istmo de Tehuantepec, no sul do México, onde existe o chamado terceiro gênero. Segundo reportagem da BBC, “existem três gêneros: feminino, masculino e *muxes*. Essa terceira classificação é reconhecida e festejada desde os tempos pré-hispânicos e é difícil imaginar a vida sem *muxes* aqui” (SYNOWIEC, 2018, p. 1). Os *muxes* são todos ou qualquer um que tenha sido identificado no seu nascimento como masculino, mas não se comporte dessa forma, ou seja, é tudo que está no meio do que é ser homem ou mulher. Na sua cultura, é um gênero tão respeitado quanto os outros com relevância cultural, religiosa e econômica.

Tendo em vista esse claro exemplo do México, no Brasil existem relatos durante a colonização, de etnias indígenas onde a homossexualidade era percebida com muita naturalidade, havendo algumas diferentes relações com essa ideia a partir de cada povo e suas crenças. Realidade essa que houve modificação com a invasão dos portugueses e a ampliação da colonização e da cultura religiosa judaica cristã no país. De acordo com o antropólogo Estevão Rafael Fernandes, ao chegar no Brasil os portugueses se chocaram com a liberdade sexual dos povos originários, e com isso, veio a ideia que aquela terra precisava ser “purificada”. Junto aos jesuítas se realizavam missões de evangelização e destruição da cultura indígena dentro da nova terra. Sendo assim, a partir desses fatos históricos podemos afirmar que:

A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 1999, p. 09).

O primeiro caso de homofobia registrado no Brasil ocorreu no Maranhão e teve sua primeira vítima um homem indígena tupinambá, conhecido atualmente como

Tibira do Maranhão, que teve sua condenação de forma arbitrária sem a ordem do papa, como uma tentativa de demonstração de poder. Na pesquisa do professor antropólogo Luiz Mott, ele apresenta fragmentos de manuscritos da época colonial, encontrados em Lisboa, em que trata justamente desses relatos e condenações ao “crime” de sodomia, “1549: Padre Manoel de Nóbrega relata que: os índios do Brasil comentem pecados que clamam aos céus e andam os filhos dos cristãos pelo sertão perdidos entre os gentios, e sendo cristão vivem em seus bestiais costumes” (MOTT, 2006, p.1), em relação a Tibira foi escrito “1557: O calvinista Jean de Lery refere-se à presença de índios “Tibira” entre os Tupinambás, “pratica o pecado nefando da sodomia” (MOTT, 2006, p.1). Sendo assim, ele foi levado até o forte de São Luiz, na presença de líderes nativos e franceses, teve sua cintura amarrada à boca de um canhão e de forma cruel lançaram fogo dividindo seu corpo ao meio.

A história de Tibira foi resgatada pelo professor sociólogo e antropólogo Luiz Mott, docente da Universidade Federal da Bahia, fundador do Grupo Gay da Bahia, que é referência no país por registrar e divulgar todos os anos dados sobre a LGBTfobia no Brasil.

Outro grande exemplo da pressão religiosa que sofria as pessoas LGBTQ+ no Brasil colônia, é a história de Xica Manicongo, que também foi resgatada por pesquisa feita pelo professor Luiz Mott em registro de documentos oficiais na cidade de Lisboa, por uma denúncia aos Tribunais do Santo Ofício no ano de 1591. Xica foi uma mulher trans, negra, escravizada, que foi trazida à cidade de Salvador para trabalhar na cidade baixa como sapateira, ficou bastante conhecida pelos seus relacionamentos e sua rejeição às roupas masculinas da época. De acordo com o pesquisador Leandro Rodrigues:

Manicongo era uma guerreira negra que se vestia com um pano amarrado para frente como a vestimenta dos quimbandas de sua terra de origem. Passeava pelos becos apertados da cidade fazendo seu ganho, como disse, a mando do seu senhor, ou atrás de seus companheiros. Xica era muito famosa por ser namoradeira. Entretanto, nem tudo é fácil para uma travesti negra, ainda mais se falamos em século XVI (SILVA, 2020, p.02).

Desta maneira, segundo pesquisas e relatado por Leandro Rodrigues a revista “África e Africanidade”, por tal atitude Manicongo foi denunciada e acusada de

sodomias às lideranças religiosas, e por medo da pena de morte Xica foi obrigada a renunciar a ela mesma e às suas vestimentas. Viveu o resto da sua vida ao olhar opressor da igreja, e da comunidade soteropolitana. Hoje, Xica é vista como um marco na luta contra a Transfobia no Brasil.

Esses dois marcos na história do Brasil nos mostram como a igreja nos tempos coloniais e de certa forma até hoje, tem uma grande influência na liberdade e nos corpos de pessoas *queer*. Acredito que a LGBTfobia dentro das igrejas acontece a partir de distorções de textos bíblicos, que falam sobre práticas e relações sexuais entre homens, porém, o que a igreja faz (quando falo da igreja, me refiro a todas as crenças judaicas cristãs) é não levar em consideração o seu tempo histórico em que esses livros foram escritos, para que povo específico e para qual necessidade foi determinado essas regras, e obviamente a cultura do seu tempo para qual foram escritos.

Desse modo, a igreja nos tempos antigos e modernos utilizam desses textos para colocar seu poder de influência e dominação aos seus fiéis, de maneira que essas instituições se aproveitam dessa autoridade para que se tenha domínio sobre os corpos lá presentes. Os templos religiosos cristãos desde a idade média sempre foi um espaço dominado por homens brancos e isso contribuiu bastante para que o clero pudesse difundir seus discursos radicais sobre os corpos das mulheres, dos negros, dos Indígenas e de pessoas LGBTs+.

Porém, com avanço da sociedade junto a industrialização e a perda do poder da igreja, era preciso criar meios para a repressão da sexualidade, que não ficasse somente no discurso religioso, então houve a institucionalização da LGBTfobia na qual a ciência foi usada para corroborar nos discursos discriminatórios. A medicina, por exemplo, apontava como uma patologia sexual, a psicologia disponibilizava tratamento para cura, e a biologia declarava antinatural. Dessa forma, podemos observar que:

A sexualidade, na sociedade ocidental, passou por fases em que a ênfase na sua repressão contribuiu para o conjunto de valores morais que permeiam a sociedade a seu respeito. Primeiro, a sexualidade foi considerada algo que impedia o alcance da pureza como requisito para salvação da alma; depois se transformou em pecado, sucedido a

criminalização de várias das suas manifestações (como a homossexualidade por exemplo) e por último tornou-se uma questão científica (saúde, psicologia, medicina, biologia...) (REIS, 2015, p.45).

Esse foi o modo em que a moral cristã, travestida de estado e dos poderes constituintes poderiam e continuariam invisibilizando e deslegitimando os corpos e as manifestações de gênero e da sexualidade. Segundo o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, essa ideia foi ratificada em 1948 quando a OMS (Organização Mundial da Saúde), classificou a homossexualidade como um transtorno sexual “Neste ínterim, contudo, em 1975, com a publicação da CID-9 (Classificação Internacional de Doenças), as identidades trans foram também patologizadas, inicialmente como Desvios Sexuais, e em 1990, a CID-10 as redefiniu classificando como Transtorno de Identidade de Gênero” (COELHO, 2020, p.1), tristes marcos na história da expressão da diversidade sexual e de gênero. Desse modo, mantendo o discurso discriminatório dentro das hierarquias de poder sociais, culturais e políticas.

Da mesma forma, no século XX ocorreu mais um triste marco na história da expressão da liberdade de gênero e da sexualidade que foi o regime militar nazista na Alemanha, de acordo com Douglas Verbicaro Soares (2020), durante esse período, homens homossexuais foram levados para campos de concentração onde eram obrigados ao trabalho forçado, experimentos médicos, violência e tortura. Quando esses homens não estavam mais habituados ao trabalho ou, debilitados demais para passar por qualquer experimento científico, eles eram levados até as câmaras de gás para serem executados, e assim como ao longo da história, o motivo que levou o sistema nacional-socialista alemão a tais monstruosidades contra pessoas homossexuais já é conhecido, Soares afirma que:

O ideal de condenação moral e religiosa da homossexualidade, somados à justificativa de impossibilidade biológica de casais de mesmo sexo de gerarem filhos, que representava um dos objetivos principais do regime nazista, repercutiram na condenação pelo sistema nazista das práticas homossexuais. Esses fatores caracterizaram os homossexuais como obstáculos à consecução das prioridades de um regime totalitário, que não se preocupou em eliminar os considerados inimigos (SOARES, 2020, p.12).

Dentro dos campos de concentração os homossexuais para além das roupas que todos os prisioneiros tinham que usar, eles também eram obrigados a usarem em

suas vestimentas um triângulo rosa invertido para baixo, para identificar e evidenciar a sua homoafetividade junto aos outros grupos explorados. Segundo Soares (2020), pessoas homossexuais acabaram sofrendo duas vezes a discriminação, primeiro pelo regime autoritário, e posteriormente, pelas próprias vítimas do sistema (companheiros nos campos de concentração), que entendiam a homossexualidade como digna de punição.

Igualmente no século XX e do mesmo modo como um regime militar, só que agora no Brasil, a ditadura civil militar que ocorreu entre 1964 a 1985, também foi mais um triste marco como sistema opressivo à comunidade LGBTQ+. Conforme Jefferson Puff (2014) da *BBC News Brasil*, entre as violências que ocorreram durante o período da ditadura a pessoas *queer*, está a perseguição policial a gays, lésbicas e travestis, na prática, de “higienização” das ruas, tortura, espancamento e extorsões na sua maioria de travestis, censura das grandes mídias a qualquer tema que vinculasse a diversidade sexual ou de gênero, e até afastamento de cargos públicos por conta da orientação sexual, tudo isso foi pratica adotada no Brasil durante a ditadura civil militar.

Diante disso, somente em 17 de maio do ano de 1990, na Assembleia Geral da OMS foi aprovada a retirada da homoafetividade da CID (Classificação Internacional de Doenças), entretanto, a transgeneridade não foi retirada no mesmo período, perpetuando o estigma e a opressão a essa comunidade, e somente sendo removida quase 3 décadas depois, no ano recente de 2018.

Desse modo, como podemos perceber a LGBTQfobia não é um comportamento natural do ser humano, diferente da homossexualidade, da bissexualidade ou da transgeneridade, esse tipo de preconceito é algo perceptivelmente aprendido em uma construção histórica, social, política, moral e religiosa. Sem dúvida a igreja é um dos grandes carros chefes no desenvolvimento dessa ideia, principalmente quando colocamos em comparação às antigas civilizações como as gregas, romanas, e comunidades ameríndias, onde não havia nem um tipo de influência da cultura religiosa judaica cristã a outras sociedades.

1.3 Características

O patriarcado é primo carnal da LGBTfobia, ou melhor dizendo, ele é o próprio pai do preconceito a pessoas LGBTs+. Ele controla e determina os corpos, cria padrões e modelos a serem seguidos, e essas fórmulas são determinadas para homens e mulheres; se engana quem acredita que a misoginia é um sistema de opressão apenas ao grupo feminino; obviamente ele existe para que haja uma dominação sobre corpos feminis, porém, ele atinge de forma cruel também ao gênero masculino. A professora e escritora Fedwa Malti-Douglas define o patriarcado como:

Um sistema social no qual o papel do homem enquanto principal figura de autoridade é central a organização social, e no qual os pais, ou patriarcas, detém autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens. Implica o domínio e o privilégio masculino bem como subordinação feminina. Historicamente, o patriarcado tem se manifestado na organização social, jurídica, política e econômica de diversas culturas (MALTI-DOUGLAS, 2007 apud REIS, 2015, p.50).

É retirado do indivíduo o direito a coisas importantes como: qualquer demonstração de sensibilidade por si ou pelo outro, qualquer tipo de sentimentalismo, ou afetividade, são vistas como fraqueza ao ideal de virilidade. Assim como também são retirados direitos a coisas supérfluas como: alguns tipos de cores, roupas, profissões, estilos, trejeitos, brincadeiras, brinquedos, músicas, etc. São só algumas coisas que são negadas todos os dias a homens, tanto heterossexuais como homossexuais, dentro de uma ordem patriarcal e LGBTfóbica.

Homens e mulheres heterossexuais em uma certa medida também experimentam o sabor amargo da fobia por pessoas *queer*, um grande exemplo disso foi o filho da cantora Walkyria Santos que se suicidou após receber comentários homofóbicos em um vídeo que simulava beijar um amigo, em suas redes sociais, conforme com a revista fórum:

Tudo começou quando o adolescente postou um vídeo no *TikTok* onde simulava um beijo com um amigo seu. Em seguida, internautas iniciaram uma campanha de homofobia na publicação. O adolescente chegou a publicar outro vídeo explicando que ele e seu amigo não eram gays e que tudo não passava de uma brincadeira. Mas não teve

jeito, os comentários odiosos continuaram e o jovem foi encontrado morto pela mãe.

No vídeo, Walkyria Santos comenta que ele fez a publicação porque tinha certeza de que as pessoas iam achar engraçado (HAILER, 2021, p.1).

A morte de um adolescente, homem, cisgênero, heterossexual e branco, nessa ideia de hierarquia social teria todos os benefícios de estar acima socialmente, mas teve sua vida interrompida por um sistema LGBTfóbico tão cruel que arranca a dignidade e mata todos aqueles que se assemelham minimamente a quaisquer características de pessoas LGBTQs+ sem nem terem a certeza de que são; porque o mais importante nesse processo discriminatório atual não é ser, é parecer que são.

Tanto que dentro dos dados anuais da LGBTfobia no Brasil, divulgado pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), existem sempre uma porcentagem de pessoas heterossexuais mortas, mesmo que de forma mínima, mas eles estão lá, para que percebamos o quanto essa fobia pode chegar a qualquer um, e como a luta pela diversidade é necessária, à medida que se percebe a variedade de maneiras e formas para expressão desse preconceito.

É interessante percebermos algumas diferenças dentro do conceito de discriminação a LGBTQs+, o autor e pesquisador Daniel Borrillo (2001) descreve algumas classificações dentro da homofobia, mas que também pode ser sentido dentro das outras siglas da comunidade. É relatada cinco tipos diferentes de homofobia dentro de sua pesquisa, primeiro ele descreve a homofobia cognitiva “A homofobia cognitiva leva a pensar que a homossexualidade é antinatural, pecaminosa, inferior ou indesejável” (2001, p.31). Esse tipo de homofobia é muito comum principalmente dentro dos ciclos religiosos, porém, o interessante é perceber como um indivíduo em sua ignorância, pode desenvolver mais de um tipo de homofobia ao longo do tempo.

Outro exemplo é a homofobia afetiva, “A homofobia afetiva se manifesta por sentimento de rejeição frente a homossexualidade e aos homossexuais.” (Idem, 2001, p.31). Não é um tipo de LGBTfobia agressiva, porém, pessoas com essa condição prefere não estabelecer nem um tipo de vínculo, seja afetivo ou social, por algum tipo

de repulsa e não reconhecimento de pessoas LGBTQs+. Entretanto, existe outra forma um pouco mais sutil, que é denominado como homofobia liberal, “É aquela que aceita a expressão da homossexualidade em espaço privado, mas não aceita publicamente.” (Ibidem, p.31). É muito comum ouvir esse tipo de discurso de pessoas conservadoras que se dizem não ser intolerantes, mas, ao mesmo tempo, limita espaço de convivência para pessoas *queer*. Geralmente são os mesmos tipos de pessoas que defendem a criação de um terceiro banheiro para pessoas transgêneros, dessa maneira, criando ainda mais segregação entre pessoas binárias e não binárias.

Existe também o fenômeno chamado de homofobia internalizada, “quando a própria pessoa homossexual assimila os valores negativos predominantes na sociedade a acerca da homossexualidade e se entende como errada, anormal ou pecadora”. (Ibidem p.31). Esse fenômeno é muito habitual entre pessoas LGBTQs, principalmente as que tiveram uma criação religiosa judaica cristã. Por muitas vezes já me peguei nesse lugar sombrio, pensando e refletindo sobre Deus e a minha homossexualidade. É muito complicado se desvincular dessa moral cristã, principalmente quando você nasce e cresce tendo contato com a igreja, e é o tempo todo bombardeado com essa imagem da sodomia e pederastia vinculada aos seus desejos sexuais e morais. É muito mais comum que LGBTQs+ com essas condições acabem se suicidando, isso por conta da culpa que essas pessoas acabam carregando ao longo da vida.

Também há a homofobia comportamental “que se manifesta pela externalização de condutas homofóbicas de rejeição, agressão física ou verbal, insultos, etc.” (Ibidem, p.31). Essa sem dúvida é a forma mais covarde da LGBTQfobia, todos os anos são registrados números alarmantes de morte de pessoas *queer* no Brasil, tornando assim o país que mais mata LGBTQs+ no mundo. O último dado do GGB em 2019 mostra os números de mortes registradas em todo o país.

Tabela 1 – Casos de mortes violentas de LGBTQ+, Brasil, 2000 a 2019.

Ano	N. Vítimas
-----	------------

2000	130
2001	132
2002	126
2003	125
2004	158
2005	135
2006	112
2007	142
2008	187
2009	199
2010	260
2011	266
2012	338
2013	314
2014	329
2015	319
2016	343
2017	445
2018	420
2019	329
Total	4809

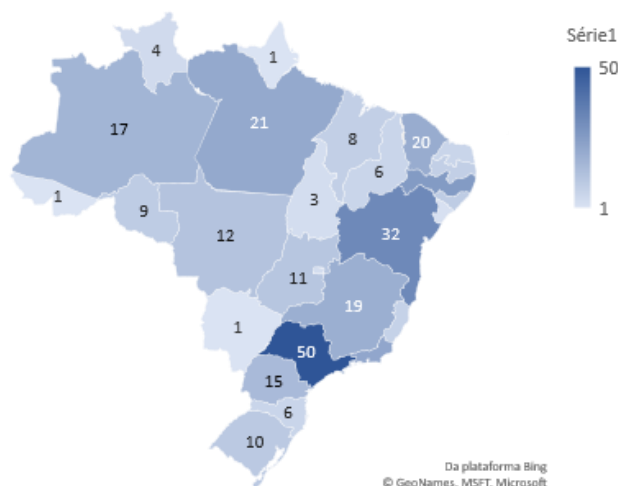
Fonte: GGB (2019).

Essa tabela deixa bastante claro o crescimento da LGBTfobia nas últimas décadas no Brasil. O ano de 2017 teve o maior registro de mortes violentas dos últimos 19 anos, desde o início das coletas de dados pelo Grupo Gay da Bahia. Isso nos mostra que, enquanto a sociedade vem evoluindo com o debate da diversidade, as práticas discriminatórias também vêm ganhando mais espaço. Essas discussões

sobre o tema, era restrita à própria comunidade, que tornava impensável a expressão da diversidade, já hoje com o debate ganhando força nacional, junto às representatividades midiáticas que têm crescido, se levanta não tão somente uma força favorável às manifestações da pluralidade, mas como também uma pujança contrária e intolerante, e por tanto faz com o que, na minha opinião, haja um crescimento nos números das mortes brutais a LGBTs+ no país.

O que não significa que devemos parar de discutir, até porque a não discussão vem com o preço alto a ser pago, que é falta de liberdade de expressão da diversidade, o que acredito que deva ser feito é um compilado de métodos a se trata da LGBTfobia, ao mesmo tempo que é necessário se debater e discutir sobre o tema, em espaços sociais, acadêmicos e midiáticos. Se não educarmos a sociedade para perceber a discriminação presente nela, nada vai adiantar, dessa maneira é importante que haja uma reorganização social, que é proveniente da educação, e é isso que esse trabalho vem defender, uma educação libertadora (discutiremos mais sobre esse ideal mais afrente desse ensaio). É importante também perceber como esses números são divididos a partir de cada região e estado brasileiro, vejamos:

Figura 1 – Mapa das mortes violentas de LGBT por Estado, Brasil – 2019



Fonte: GGB (2019).

Os cinco estados mais perigosos para ser LGBT+ são: Minas Gerais (região sudeste) ocupando o quinto lugar; em seguida vem o Ceará no Nordeste, ocupando o quarto lugar; Pará no Norte em terceiro lugar; Bahia no Nordeste ocupando o segundo lugar; e em primeiro lugar com o número alarmante de 50 vítimas de LGBTfobia somente no ano de 2019, o estado de São Paulo (região sudeste) é o estado brasileiro mais perigoso para uma pessoa *queer* crescer e viver no Brasil.

Em vista disso, podemos concluir que, o Brasil hoje é o país que mais mata LGBTs+ no mundo por conta de uma filosofia colonialista que se estendeu aos ideais políticos, moral e religioso, que se iniciou com a invasão dos portugueses às terras brasileiras, se estabeleceu durante os séculos através de dogmas morais e religiosos de maneira brutal, logo em seguida se fixou dentro das organizações política e científica, e perdura até os dias atuais em diversas frentes, como espaços de educação, família, religião, instituições públicas e privadas, na política, no judiciário e até mesmo dentro da constituição brasileira.

2. Estrutura da LGBTfobia dentro do ambiente escolar

Sabe-se, como foi relatado nesse trabalho, a existência de números alarmantes vinculados à mortalidade de LGBTs+ dentro da sociedade brasileira. Logo, imaginam-se as dificuldades de ser uma pessoa *queer* no Brasil, mas vamos pensar de uma forma um pouco mais específica, perceberemos os obstáculos da diversidade dentro do ambiente escolar. Como adolescentes e jovens lidam com a aparente diferença de alguns determinados colegas? Como docentes e gestão escolar enfrentam as adversidades da LGBTfobia nas instituições de ensino? São só alguns dos questionamentos necessários para começarmos a pensar na discriminação vivida por discentes e até mesmo por docentes LGBTs+.

Que a LGBTfobia está presente na nossa sociedade isso já foi dito, mas como ela é introduzida dentro da escola? Primeiro precisamos entender que em certas idades das crianças e adolescentes durante a educação básica é muito comum a reprodução de determinadas demandas vindas da sociedade, ou seja, muitos desses meninos e meninas estão fomentando preconceitos que são de certa forma cobradas e naturalizadas dentro da sua comunidade social para que eles possam ter algum tipo de valia ou visibilidade. Dessa maneira o autor Toni Reis afirma que:

A homofobia presente na sociedade certamente ecoa na escola, às vezes com mais crueldade entre os(as) próprios(as) estudantes, que estão na fase de testar limites e reações. Também faz com que se reproduzam aí as demais normas associadas à sexualidade, como um assunto tabu, objeto de mitos, construções sociais e falta de conhecimento. (2015, p. 32)

Deste modo a escola é um dos espaços mais cruéis para uma criança ou um adolescente *queer* se desenvolver, tanto quanto aprendiz, tanto quanto um cidadão. E nessa fome de testar limites, os estudantes do colegial procuram um alvo que seja potencialmente vulnerável, para que esse processo de força se inicie. Dentro das salas de aula e pelos corredores das escolas, que se estabelece de forma bem clara, na minha opinião, algo como uma corrida de atletismo de 100 metros rasos, onde sujeitos cisheteronormativos ganham vantagens, de começarem 50 metros à frente, só pelo fato de serem cisgêneros ou heterossexuais.

Fiz essa alusão a uma corrida para que se entenda, que alunas e alunos LGBTs+ nesse sistema, são sempre colocados no jogo do dia a dia escolar, com maior desigualdade na partida, ou seja, com quase ou nem uma chance de vencer. Porém, a escola não é uma pista de atletismo, dramas como a LGBTfobia são reais, e merecem a atenção necessária.

A discriminação LGBTfóbica presente na educação tem algumas caras, e é importante desmascará-las. Por exemplo, é muito comum que estudantes *queer* tenham suas expressões negadas a si próprio, isso desde a educação infantil, onde por muitas vezes as crianças, sejam elas meninos ou meninas, são proibidas de brincar com determinados brinquedos, ou usar certas fantasias, ou ser algum personagem específico da historinha. É retirado tudo aquilo que ultrapasse as barreiras de gênero dessas crianças. Negado a ela e ensinado ao mesmo tempo, que devem se manter na sua caixa de gênero, que foi pré-determinado ao seu nascimento.

Já um pouco maiores as crianças LGBTs+ ou as que são vistas dessa maneira, começam a perceber a necessidade de se encaixarem em determinados padrões, porém, boa parte desse grupo não consegue esconder as suas pré-disposições de expressão, e a partir disso começa um processo de deslegitimação dessas expressões ou pré-disposições, então começam algo que é nominado como *bullying* homofóbico, que na sua maioria vem dos próprios colegas, apelidos como: viadinho, baitola, frutinha, florzinha, bambi, dentre outros, são muitos comuns para determinar e envergonhar a homossexualidade masculina.

É importante ser dito que durante essa fase, a maioria das crianças LGBTs+, ainda não se reconhece ou se percebe como uma pessoa *queer*, muito do que acontece é vinculado às percepções dos outros a esses corpos ainda infantis. Existe uma fala na qual sua origem desconheço, na qual um homem homossexual foi indagado sobre quando ele percebeu a sua homossexualidade, e ele de uma forma muito inteligente respondeu que ele não percebeu, foi dito a ele, ou seja, muitas dessas crianças, ainda não tem nem a noção do que é ser uma pessoa LGBT+, porém, elas são o tempo todo, bombardeadas com acusações que podem até ser verídicas, mas que contém um teor discriminatório e LGBTfóbico.

Durante a adolescência chega a fase das descobertas sexuais, boa parte das garotas e garotos, começam a sentir as mudanças hormonais naturais desse momento. É muito comum que comecem a sentir as atrações sexuais, porém, é um período muito conturbado para jovens LGBTs+, porque a escola é o primeiro espaço de abafamento dessa realidade, uma violência que é institucionalizada, que vem tanto dos colegas quanto do gerenciamento escolar, conseqüentemente muito dessas e desses estudantes *queer*, acabam internalizando uma ideia destrutiva em relação a sua sexualidade ou identidade de gênero, e a consequência disso é que apenas tardiamente percebam sua condição. Guacira Lopes Louro, em um dos seus livros, fala um pouco dessa dificuldade para jovens LGBTs+ se perceberem nesse contexto educacional, que invisibiliza, destrói e desumaniza suas existências.

Para que um(a) jovem possa vir a se reconhecer como um homossexual, será preciso que ele(ela) consiga desvincular gay lésbica dos significados que aprendeu a associa-los, ou seja, será preciso deixar de percebê-los como desvio, patologia, formas não-naturais e ilegais da sexualidade. Como se reconhecer em algo que foi ensinado a rejeitar e a desprezar? Como, estando imerso(a) nesses discursos normalizadores, é possível articular sua (homo) sexualidade com prazer, com erotismo, como algo que pode ser exercitado sem culpa? (LOURO, 2008, p.83-84).

Sendo assim, é muito significativo perceber como as escolas são articuladas para o não acolhimento da diversidade, muitos discentes *queer* passam por uma demanda que é para além dos seus colegas em sala de aula, muitos gestores e docentes não estão preparados para lidar com a questão da pluralidade, e tentam por muitas vezes “domesticar” determinados discentes a sua maneira e suas percepções de mundo, quando não são eles mesmo os detentores da LGBTfobia.

Isso posto, no relato de experiência do componente Prática de Estágio em Pedagogia do Teatro III, (que será mais detalhado no terceiro capítulo deste texto), o grupo participante trouxe alguns relatos LGBTfóbicos vividos dentro das escolas onde estudaram. Um deles, o integrante Alessandro Santos contou que sofria homofobia de um professor em sala de aula, que sempre se referia a ele pelo número “24”, que tem uma conotação discriminatória. Desse modo, é possível perceber que, muitas vezes os atos discriminatórios não vêm só dos companheiros de sala, mas, também de lideranças dentro da escola.

Se um professor pode e faz um ato intolerante a um aluno, o que os demais estudantes vão se sentir no direito de fazer? E quando levamos essas questões para a direção? Na grande parte esmagadora nada é feito, porque o sistema discriminatório é estrutural e normalizado. Acredito que jovens LGBTs+, e os que são percebidos assim, caso passem por atos LGBTfóbicos, como agressão física, verbal, psicológica, ou sofram perseguição no ambiente escolar, e acionarem a gestão por isso, são os pais deles que serão chamados, porque o “problema” está neste ou nesta estudante, quem estão fora da norma social são eles, portanto, cai sobre eles o pesar da sua própria agressão sofrida.

A gestão mesmo que de forma velada, vai deixando claro a maneira que pessoas cisgêneros, heteronormativas e ela, percebem a diversidade, mostrando quais são os modos de sobrevivência no ambiente escolar, e caso você não se encaixe, são essas e esses estudantes que terão que passar por um acompanhamento psicológico, porque a ideia é que eles quem foge da norma, que o “erro” está em como esses discentes são em seus “comportamentos antinaturais”, e não nos demais que os perseguem.

Sendo assim, o problema não está somente em um determinado lugar, é uma junção de fatores que alimentam um sistema de uma educação misógina, patriarcal e LGBTfóbica. Um grande exemplo disso são as formações de pedagogos e licenciados, poucas faculdades e universidades têm em seus currículos algum tipo de componente que trabalhe e se debruce de forma integral nas questões sobre a diversidade, deixando conseqüentemente um grande buraco na formação desses futuros educadores, educadoras, gestores e o corpo pedagógico das instituições de ensino.

Outro grande causador dos sintomas da LGBTfobia no ambiente escolar é a ausência de políticas públicas. Os estados e municípios não se interessam em desenvolver nenhum tipo de formação continuada referente à diversidade sexual e de gênero para as professoras, professores e gestão da rede pública, deixando assim que eles lidem com essa questão a partir das suas experiências, ou pior, a falta delas.

Em um trabalho científico de especialização, desenvolvido por Dalva de Oliveira Costa (2016) a qual se debruça sobre o tema da diversidade na educação, ela traz alguns relatos referentes à educadores mal preparados para lidarem com situações da multiplicidade dentro do ambiente escolar. É interessante percebermos esses relatos, e analisarmos como isso pode afetar estudantes LGBTs+ e os que são percebidos assim, no espaço de ensino. Para melhor compreensão, transcrevo alguns, desses relatos abaixo:

- Em um evento sobre gênero e sexualidade nas práticas curriculares para professore(a)s da educação básica que atuam na rede estadual de ensino, a palestrante apresentou imagens que expressavam sexualidades não consideradas devidamente nas/pelas práticas curriculares escolares: sexualidade infantil, idosa, feminina, das pessoas com deficiências e das pessoas que constituem a população LGBT+. No final da apresentação, um professor foi incisivo ao afirmar que levar aquela discussão para a sala de aula “era levar a promiscuidade, a prostituição e a vulgaridade” (informação verbal).

- Uma professora de sala de recurso de uma determinada unidade escolar da SEMED relata que a professora da disciplina de Ciências Naturais, com orientação religiosa evangélica, paga a outra professora para ministrar as aulas sobre o aparelho reprodutor humano, alegando que o conteúdo lhe causa muito desconforto (informação verbal).

- Segundo relato das professoras, algumas crianças do sexo masculino têm demonstrado preferência pelas fantasias de princesas (como Branca de Neve) e não de super-heróis, como seria o esperado. Outras crianças, também do sexo masculino, preferem brincar de bonecas a brincar de carrinhos. Um menino quer usar a tiara de sua coleguinha. Atitudes consideradas naturais ao processo de construção do gênero masculino e feminino, no qual os papéis sociais vão sendo definidos. No entanto, nosso(a)s professore(a)s atribuem a essas formas de comportamentos dessas crianças outra conotação, deixando-o(a)s apreensivo(a)s. Para ele(a)s essas crianças estão se encaminhando para a homossexualidade (informação verbal).

- Conforme os relatos da uma determinada escola, uma criança do sexo masculino do que estuda primeiro ano, gosta de pintar as unhas, usar botas engraxadinhas e cruzar as pernas quando senta. Além de apresentar modos delicados e seu jeito de ser deixou uma das professoras de sala de aula formal tão desconfortável ela solicitou a professora a outra professora da sala de recurso: leva ele para a sala

de recurso para consertar o andar (informação verbal). (COSTA, 2016, p.138)

Observando o cenário, é possível perceber como a ignorância e a falta de uma formação continuada de docentes e gestores, podem interferir de forma direta na vida dos estudantes no colegial, logo é possível afirmar que a LGBTfobia no ambiente escolar acontece dentro das próprias universidades na formação dos seus educadores e educadoras, e se estende até as secretarias de educação do país como um todo, que muitas vezes se negam a tratar do assunto ou quando trata recebe muita resistência por parte dos professores e professoras, ou por questões religiosas, ou por medo de retaliações dos pais. O que não justifica a omissão.

2.1 Dados da violência LGBTfóbica no ambiente escolar

Segundo uma pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, realizada no ano de 2016, pela Secretaria de Educação da ABLGBT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), alguns dados foram apurados sobre a violência, o bem-estar e outras questões da vivência dos aulistas *queer* no Brasil. O relatório foi desenvolvido a partir de 44 escolas, entre 11 capitais brasileiras, com discentes de idade média de 16 anos.

Uma das perguntas interessantes a serem percebidas na pesquisa foi “Você se sente inseguro/a na sua instituição educacional por causa de...” (ABLGBT, 2016, p.28) e dos mais de 1,016 alunos e alunas entrevistados, 60,02% se dizem inseguros nas instituições de ensino por conta da sua orientação sexual, 42,8% se sentem inseguros por conta da sua expressão/identidade de gênero. Isso nos mostra como há um sentimento de medo dentro das escolas pelos jovens e adolescentes LGBTs, temor esse que é naturalizado pelas lideranças escolares.

Em seguida, foi perguntado se é comum ouvir comentários LGBTfóbicos dentro do espaço escolar, 48% dos entrevistados, afirmam ouvirem frequentemente esses tipos de comentários, e 55% afirmam ouvirem principalmente sobre pessoas transgêneras. Afirmações sem fundamento e maledicência referentes às pessoas *queer* são tão comuns no meio de pessoas cisgênero e heterossexuais, que quando

são chamados atenção por isso, muitos afirmam que não passa de uma grande “brincadeira” sem consequência, e dentro das escolas não é diferente. Já no seguimento das agressões esses são os dados:

73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual. 68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 27% dos/das estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual. 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola (ABLGbT, 2016, p.19).

73% dos jovens homossexuais, ou que são percebidos como tal, sofrem diariamente com agressões verbais dentro das escolas brasileiras, esse é um número muito elevado, e pouco tem sido feito para contornar essa situação, tanto que 36% dos entrevistados afirmam serem ineficazes as respostas dos profissionais para impedirem tais ações, assim como, que para 64% dos discentes não existe nenhum tipo de disposição no regulamento da escola para trabalhar ou tratar a respeito da diversidade, ou seja, é perceptível a falta de cuidado e de acompanhamento desses educandos dentro dos seus colégios assim como na sociedade. É muito mais fácil fazer o trabalho de invisibilizar essas pessoas e naturalizar comportamentos violentos.

2.2 Consequência da LGBTfobia no ambiente escolar

Se pensarmos nas consequências da LGBTfobia teremos que dividir em duas partes, a primeira que trata dessas consequências ainda na infância e adolescência, durante o período escolar e como isso pode mudar a vida escolar desses e dessas, estudantes LGBTs+ ou pessoas que são percebidas assim. Já na segunda parte, é importante observar a decorrência da discriminação direcionada às pessoas queer na fase adulta e se perguntar como esses homens, mulheres e pessoas não binárias, lidam hoje com o processo LGBTfóbico vivenciado na escola, e como vivem os LGBTs+ que não terminaram seus estudos por conta do preconceito no espaço escolar?

O período escolar para crianças e adolescentes *queer* não é um momento fácil da sua vida, na verdade, ser uma pessoa LGBTQ+ no Brasil não é um jogo simples, porém, quando falamos da fase escolar, estamos lidando com corpos ainda em formação, o que não significa que estamos lidando com seres vazios, que precisam ser preenchidos, e sim de corpos que estão se construindo a partir das suas experiências. Na prática, isso significa que quando essas pessoas que não sabem o que é a discriminação dentro das suas vivências são obrigadas a passarem por isso no colégio, tem na sua vida escolar um certo impacto, que influenciam suas relações interpessoais na sua vida social e no ambiente de ensino.

Por consequência, sujeitos que sofrem diariamente com a LGBTQfobia na educação, tendem a se afastar das pessoas, tanto na escola, quanto dentro de outros ambientes sociais. Suas relações interpessoais sofrem um abalo muito forte, porque você nunca sabe quando vão te atacar ou te humilhar em público. Em um documentário que relata a experiência de pessoas LGBTQs+ na escola, chamado “Depois da Tempestade²”, encontrado facilmente no *youtube*, um dos entrevistados conta que durante o intervalo preferia ficar sentado dentro da sala de aula, por medo das inúmeras agressões verbais que sofria na escola, por conta do seu jeito, e que por muitas vezes ele se sentia culpado por tudo que acontecia a ele.

Desse modo os alunos e alunas LGBTQs+, ou os que são vistos dessa maneira, não conseguem fazer amigos, tem dificuldade em estar em lugares muito cheios, preferem sempre realizar trabalhos e atividades sozinhos, tem muito sacrifício em efetivar dinâmicas em grupos, como por exemplo, as aulas de Educação física que é um espaço geralmente dominado por alunos cis héteros ou práticas de expressão como nas aulas de Artes.

O que acontece é um agravamento nas práticas comunicativas, que interfere nas relações interpessoais, fazendo que adolescentes *queer* tenham um nível de

² Depois da Tempestade: A LGBTQfobia na escola, sinopse: Durante décadas, a diversidade sexual foi violentada e invisibilizada nas salas de aula. “Depois da Tempestade”, documentário universitário de 24 minutos, dirigido por Bruno Nomura, apresenta relatos de LGBTQs de diferentes cores, gerações e realidades. Hoje, eles enfrentam o ódio para construir um futuro diferente e permanecer na escola. A tempestade, aos poucos, parece dar lugar ao arco-íris. Publicado no *youtube* no dia 27/02/2018.

Acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=g_RAbnK61N8&t=1214s

timidez bastante elevado, de modo que dificulte sua vida social. Esse é só um dos pontos possíveis de acontecer como consequência da LGBTfobia no espaço de ensino.

Já dentro da educação é muito comum, experiências de baixo rendimento escolar, alunos e alunas *queer* tendem a sofrer muito nesse ambiente e pouco pode ser aproveitado durante seu dia letivo, ou por muitas vezes faltam aulas para se manterem distante do *bullying* homofóbico, como é conhecido no meio pedagógico.

Dentro do documentário “Depois da Tempestade”, outro relato que me chamou bastante atenção foi de uma mulher transgênero que conta, ter ataques de ansiedade na adolescência, todo domingo à noite, porque sabia que pela manhã teria que voltar a escola. Incorporado na pesquisa realizada pela ABLGBT, nos mostra que estudantes que sofrem discriminação LGBTfóbica de forma muito elevada, tem chances muito maiores de faltarem a escola.

Os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%) (ABLGBT, 2016, p.19).

Sendo assim, é notório que o sofrimento e o preconceito vivido pelos aulistas *queer*, e os que são percebidos como tal, influencia diretamente nos seus rendimentos em trabalhos, provas e atividades curriculares. Diante disso, o que surge como consequência é o grande número de evasão escolar por pessoas LGBTs+ no Brasil, o que é mais comum ainda entre a população transgênero, muitos não conseguem nem chegar, nem ao ensino médio devido à segregação e ao nível de discriminação vivenciada no espaço educacional. Em seu livro, Reis traz alguns relatos de entrevistas feitas com discentes, docentes e gestores onde a evasão escolar pela comunidade LGBT+ é mencionada e questionada.

Ele começou o ano bem, ele se entrosou, tentava se entrosar. Já era o terceiro ano do ensino médio. quando ele abria a boca a turma fofocava. Foi feito um trabalho com a turma, mas são tudo adolescente, já, né, mas deu uma parada, ele ficava num canto. Os textos dele, ele assustava, muito agressivo. E aí houve um trabalho bem aplicado por pedagogas, a turma e as aulas diversas, professores. E de repente ele parou de vir, daí fui ver. Fui ver, o que,

que é né? Ele disse que no pátio acuavam ele no canto, e ele não suportou. Não veio mais e se negou a vir. Disse que viria ano Seguinte, não apareceu. Mas ele era agressivo esse menino também só podia ser né? (REIS, 2015, p.204).

Nesse relato apresentado por um dos discentes, percebemos que mesmo quando a gestão tenta introduzir um trabalho pedagógico com relação à diversidade em salas específicas, sem estender para todo corpo educacional, ainda assim, há riscos de discriminação por parte de colegas cisheteronormativos que não foram introduzidos no trabalho, porque todo corpo escolar sofre influência da sociedade, inclusive a própria gestão. Dessa forma, toda essa LGBTfobia tão cedo na vida de crianças e adolescentes pode desencadear problemas psicológicos seríssimos que possivelmente serão carregados ao longo da vida.

A OMS afirma que o suicídio hoje é a terceira maior causa de morte por jovens brasileiros entre 15 a 29 anos, e quando falamos da juventude LGBT+ a chance de cometer qualquer ato de violência contra si são comparativamente maiores do que a população jovem, em geral. Isso tudo obviamente por um processo histórico, social, religioso e escolar que destrói e arranca nossa humanidade e invisibiliza estudantes e pessoas *queer*.

Já na vida adulta de pessoas LGBTs+ ainda existem consequências da discriminação vivenciada na escola, como por exemplo, o mercado de trabalho, principalmente para pessoas transgêneros que, na sua maioria não conseguem finalizar o ensino médio nos colégios brasileiros. Segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) 0.02% dessa comunidade está dentro das universidades, 70% não possuem o ensino médio, 56% não possuem o ensino fundamental. Já 90% das transsexuais e travestis no Brasil tem a prostituição como fonte de renda.

A premissa é inegavelmente verdadeira porque é fruto de uma educação que segrega e violenta seus aulistas, que não consegue possibilitar um espaço escolar seguro, diverso e naturaliza a violência contra a população LGBT+, impedindo dessa forma que possam finalizar seus estudos como um direito humano e constitucional que deveria ser respeitado.

Desse modo, por conta desse sistema educacional que adolescentes e crianças *queer* sofrem, é muito comum que haja alguns traumas na vida adulta dessas pessoas. Acredito que minha própria experiência seja um grande exemplo disso. Durante todo meu ensino fundamental e médio, era corriqueiro que meninos e meninas dentro da escola chegassem até mim e perguntassem se poderiam fazer uma pergunta. Geralmente nesse momento já sabia qual era o questionamento que fariam, então, antes mesmo de concordar que a pessoa fizesse, meu coração começava a acelerar, minhas mãos suavam como se tivesse encharcadas e borboletas tomavam conta da minha barriga. Sem muita escolha, concordava com que fizessem a pergunta e como já se era de esperar, perguntavam se eu era *gay*, respondia que não, obviamente, por ainda não ter consciência da minha sexualidade e por medo do que poderia vir logo depois.

Porém, o mais intrigante a se notar é que, hoje aos 22 anos, com plena consciência da minha homossexualidade, sem medo e sem amarras familiares, ainda assim, quando qualquer pessoa chega me questionando se pode me fazer uma pergunta, continuo sofrendo dos mesmos sintomas. Isso porque nunca sei o que vem das pessoas, pode ser uma rosa como pode ser uma arma, é algo que ficou na minha cabeça e até hoje tenho esse trauma, que foi constituído no ambiente escolar.

Assim sendo, é certo afirmar que a educação no Brasil sofre de grande influência dos tempos colonialistas, da religião, da moral construída, da ciência e da institucionalização da LGBTfobia do século XX. Tudo isso reflete atualmente e na força da destruição da população LGBT+ que são assassinados todos os dias dentro das escolas, um assassinato perfeito, onde os direitos dessas pessoas são retirados, sua humanidade é arrancada e a violência verbal, física e sexual é naturalizada, fazendo assim, que haja um homicídio social e educacional por parte do estado brasileiro.

Tudo isso reflete como consequência o grande número de evasão escolar por parte da população *queer*. 90% da comunidade de transsexuais e travestis vivendo da prostituição e o Brasil como o país que mais mata, pessoas LGBTs+ no mundo.

3. Teatro do Oprimido: motor de transformação na experiência de estágio docente

Neste capítulo farei algumas relações entre as ideias de Augusto Boal, Paulo Freire e a experiência de estágio docente realizada no componente curricular, Prática de Estágio em Pedagogia do Teatro III. Teve como objetivo estágio desenvolver uma oficina em espaços não formais, porém como aconteceu durante a pandemia, no período de abril a junho de 2021, as atividades propostas aconteceram remotamente via *google meet* e o grupo de participantes em suas casas por medida de segurança. O estágio supervisionado pelo professor Luiz Cláudio Cajaíba, proporcionou aos discentes matriculados uma base prática e teórica dentro da área de formação para nos prepararmos para futuras atividades profissionais docentes.

O estágio teve a carga horária de duas horas semanais e a turma era composta por 4 integrantes, todos LGBTs+. Os que participaram e frequentaram todas as aulas e de todo processo tinham idade entre 20 e 25 anos, e todos formados ou recém formados na educação básica das escolas públicas. Todo processo criativo e pedagógico deste trabalho foi desenvolvido e pensado sobre a ótica do Teatro do Oprimido, em relação às questões da LGBTfobia vivenciadas por esses participantes dentro do ambiente escolar.

Sendo assim, é pertinente contextualizar que o Teatro do Oprimido é um conjunto de técnicas teatrais, criado e desenvolvido pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal, em meio ao seu exílio durante a ditadura civil-militar no Brasil. De acordo com o mesmo, esse teatro tem como objetivo ir de encontro às grandes massas da população, é uma poética política extraída do povo para o povo, e em conjunto do povo.

As técnicas são colocadas em prática para se conceber um teatro da realidade e de transformação da mesma. Utiliza-se para se estabelecer debates, formações e alterações de ideias e reflexões, sobre questões sociais, políticas e culturais de uma

sociedade. É um teatro de luta, de ação, de movimento, que dá voz aos oprimidos. Proporcionando direito de resposta e fazendo com o que se prepare para eventuais opressões, até porque Augusto Boal (2019) define o TO (Teatro do Oprimido) como um ensaio para vida real.

Boal acreditava que o teatro é uma ação política, e precisa se manter assim, porque no seu entendimento tudo é político. Boal diz “Este livro procura mostrar que todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas” (Boal, 2019, p.11). Ele continua: “Os que pretendem separar o teatro da política pretendem conduzir-nos ao erro – e essa é uma atitude política” (Idem, p.11). Dessa forma ele defende uma encenação que seja extremamente em defesa do povo e de força prática, principalmente ao espectador (aquele que presencia um fato, testemunha, presente) para que deixe de ser passivo nesse processo teatral e seja o autor político da cena.

Em vista disso, Boal entende que o termo “espectador” não seria o mais adequado para esse tipo de teatro, por delegar ao público uma completa inação. De acordo com Boal “O espectador, ser passivo, é menos que um homem e é necessário, reumanizá-lo, restituir-lhes sua capacidade de ação em toda sua plenitude” (Boal, 2019, p.169). Logo o termo mais adequado e usado por ele é *spect-ator*, dando assim, espaço de voz e ação aos oprimidos para que por meio do teatro possam perceber e transformar sua condição opressiva.

Podemos observar que esse teatro de ação popular chega para destruir qualquer que seja o monopólio do ator e a passividade do público, fazendo com que se quebre não somente a quarta parede, mas todas as paredes entre atores e espectadores, tornando-lhes os donos da sua própria ação dramática.

É importante salientar que pensando nisso, que durante todo o processo de articulação e criação dos planos e projetos de aulas do estágio docente, era imprescindível que tudo fosse voltado para esses participantes, para que não se perdurem nem um tipo de passividade, mas ao contrário disso, pudessem tomar conta da narrativa explorada, e da sua própria história.

3.1 Opressão como ferramenta de dominação

As relações de dominação são tão antigas quanto seu nome e estão dentro de diversos âmbitos da sociedade, inclusive dentro da educação. Assim como também são antigas as lutas dos oprimidos por sua liberdade. A relação, oprimido X opressor se desenvolve em virtude do poder, na necessidade de se ter poder. De acordo com educador Paulo Freire (2021) a partir do momento em que se detém dessa força, acontece um processo de desumanização das classes não detentora do poderio. Essa objetificação ocorre pela necessidade de não se reconhecer no outro para que dessa maneira fique mais fácil de se apropriar e de se dominar.

Durante o processo do estágio docente era recorrente durante as atividades propostas, ouvir relatos reais de objetificação aos estudantes LGBTQs+, entretanto, era perceptível que eles não tinham consciência disso. Em uma das atividades que foi planejada, pedi a eles que trouxessem para a cena uma opressão vivenciada dentro da escola, dessa maneira, em uma dessas cenas apresentadas, mostrava um professor que de forma recorrente chamava seu aluno pelo número “24” de forma vexatória dentro da sala de aula. O que de fato era a realidade de um dos participantes da oficina.

Essa nomenclatura “24” para se referir a homens homossexuais, colocava esse aluno em um lugar de “coisa”, de “objeto”, que pode ser usado, reaproveitado se for necessário, e assim como um simples objeto, descartado. Logo, o que acontece é a desumanização desses corpos *queer*. Por isso, a violência ou mesmo a morte de homossexuais, bissexuais ou transsexuais não traz indignação popular, porque não existe um reconhecimento humano, porque para que se tenha dominação, é necessário se afastar, para que não percebamos os dominados, ou esses “sub-humanos” como iguais.

A relação de dominação é a ordem estrutural da desigualdade, é a origem e procedência da miséria humana. Disto isso, é imprescindível que os oprimidos e somente os mesmos, lutem pela sua libertação, já que um ser opressor nunca se colocará disposto a libertar, até porque ele não percebe o outro como oprimido, como

tão pouco, ele como opressor. Tanto que esse professor do exemplo acima, por sua conta jamais perceberá o seu eu opressor ou a opressão que suas palavras carregam.

Pensando nessa ideia da autolibertação, durante a oficina foi proposto logo na primeira aula, um jogo do TO, chamado “quebra de repressão”, o qual é dividido em 3 fases. Eles foram inicialmente instigados a levarem para cena, opressões LGBTfóbicas vivenciadas dentro da escola. Logo depois que essas cenas foram apresentadas, pedi para que voltassem para cena, só que dessa vez não fossem somente passivos nesse processo discriminatório, mas que reagissem de forma contundente as opressões. E por último, pedi para que trocassem de lugar na cena com seus opressores e se tornassem seus próprios algozes.

Esse simples jogo trouxe a possibilidade para os participantes, de revisitarem momentos traumáticos, vivenciados durante seu processo educacional. Como também deu a chance de repensar sua autolibertação, saindo dessa passividade e possibilitando um encontro com caminhos possíveis de enfrentamento. Possibilitou também nos vermos como nossos algozes, de modo que faz se perceber e conhecer esse processo discriminatório que estamos incluídos, e conseqüentemente quando sabemos onde e o que enfrentamos, aprendemos a lutar e nos defender contra. Para melhor compreensão do que destaco neste parágrafo vide apêndice A.

Em concordância com o educador Paulo Freire, essa libertação não chegará por acaso, é necessário que aconteça uma busca por ela, a partir do conhecimento, do reconhecimento e da luta, “luta que, pela finalidade que lhe deram os oprimidos será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor tido na violência dos opressores” (FREIRE, 2021, p.46).

Porém, é importante salientar que nesse processo de libertação e de luta, muitos dos opressores designarão os oprimidos como seres violentos, histéricos, abusivos, bárbaros e até mesmo selvagens, colocando os oprimidos como detentores da brutalidade. Entretanto, segundo Freire, como os oprimidos poderiam ser detentores da violência se eles são frutos das violências cometidas contra eles?

[...] inaugura a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhece nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não

são reconhecidos pelos que os oprimem como *outro*. Inaugura o desamor não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se amam. Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odiaram. Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram sua humanidade negada, mas os que negaram, negando também a sua (2021, p.58-59).

Ou seja, mesmo que possa parecer incompatível e paradoxal, a violência e as manifestações dos oprimidos, elas podem inaugurar o amor, diferente da violência dos opressores, na qual resulta na desumanização. Desse modo, atividades como as que foram realizadas durante o estágio docente, resultam na reflexão e no pensamento crítico dos oprimidos, que conseqüentemente inaugura a liberdade, o direito de ser e a humanização, fazendo com que libertem a si e ao seu opressor, que se liberta da sua própria opressão.

3.2 Uma educação libertadora

Diante da educação as relações de poder se destroem. Teoricamente é uma afirmação muito bonita, mas de qual educação estamos falando? E por que tornar a educação libertadora? A quem isso beneficiaria? E se é possível, de qual maneira? Bom, começo refletindo sobre a afirmação feita acima. Conforme Freire (2021), nem toda educação é de fato libertadora, o ensino pode sim mudar a vida de um ser, mas não necessariamente libertá-lo. Logo, é preciso entendermos a relação da educação formal dentro das escolas, com o monopólio da opressão e do poder de uma sociedade.

Em concordância com Freire (2021), a educação de um povo pode servir tanto para libertá-lo, como também para a manutenção de um sistema opressivo, desse modo, é preciso analisar onde estamos nessa discussão quando tratamos das questões LGBTs+ no país. Estamos lidando com a manutenção de um sistema opressivo? Ou lidamos com uma educação libertadora?

Para Freire, o ensino da manutenção de poder, é nomeado por ele como educação “bancária”, que nada mais é do que um sistema educacional na qual existe uma centralidade do poderio, que estão nas mãos dos educadores, quem tem o poder

de ensinar e de transmitir, portanto, o detentor da sabedoria, e somente ele poderá o fazer. Já o educando é um simples receptor do glorioso conhecimento do educador, ou seja, “Na visão “bancária”, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão” (FREIRE, 2021, p.81).

Em vista disso, o ensino “bancário” necessita de uma passividade dos educandos, Freire (2021) afirma que dentro dessa relação, o educador é o que diz a palavra e que os educandos são os que escutam gentilmente, desse modo, quanto mais se estimula essa metodologia menos se desenvolverá uma consciência crítica do sistema e do mundo, “quanto mais se lhes imponham passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos.” (Idem, p. 83).

Diante disso, uma educação “bancária” é a manutenção do poder aos opressores e não serve para desconstruir uma ideia LGBTfóbica dentro de todo um conjunto educacional, mas pelo contrário, serve para manter esse sistema opressivo. A quem a defende, não quer justamente essa desconstrução, porque isso significaria a perda do monopólio, já não haveria depósito, nem passividade, muito menos domesticação.

Freire (2021) afirma que para que aconteça uma educação libertadora e que aconteça superação diante da educação “bancária” é preciso que ultrapassemos as relações de diálogo, como também a do educador que ensina e do educando que é ensinado, para que se tenha um educador-educando como também de um educando-educador. Segundo Freire (2021) ninguém educa ninguém, como ninguém educa a si mesmo, é necessário que se eduquem entre si, mediante ao mundo. Nessa prática libertadora já não há um poder a quem educa, mas um conjunto que em meio ao diálogo se educam em comunhão, não se tem um ser superior detentor da sabedoria, mas uma sabedoria desenvolvida a partir do diálogo, da reflexão e dos questionamentos.

Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais. Não há também diálogo se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu

poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. (FREIRE, 2021, p.112).

O Teatro do Oprimido foi utilizado durante o processo do estágio docente pela sua capacidade de se fazer uma pedagogia libertadora a partir de uma ação prática, pela sua facilidade de comunicação e de comunhão entre educandos e educadores. Sendo assim, todo debate realizado e desenvolvido durante o processo, foi encabeçado pelos participantes através das técnicas do TO.

Dentro dos planos de aulas, sempre seguimos uma ideia, um padrão de construção. Dentro desse padrão que foi estabelecido era imprescindível, termos alguns debates e reflexões (o que chamamos de aquecimento teórico), antes de irmos à cena, já que tínhamos um foco de discussão. Então, utilizamos os arquivos de Boal, o qual traziam a ideia denominada de “aquecimento ideológico”:

Dedicatória - em muitos espetáculos do Teatro Arena em São Paulo era costume dedicar as sessões a alguém ou a algum fato. Os atores em cena, parentes e espectadores ofereciam o espetáculo. A pessoa ou o fato eram muitas vezes suficientes para o aquecer ideologicamente o ator, o que significavam: um companheiro morto, um dirigente sindical que até na prisão arengava os presos denunciando a ditadura etc. Leitura de Jornais – Leitura e discussão dos acontecimentos políticos e sociais mais importantes da véspera e explicação do seu significado por quem mais percebe do assunto (BOAL, 1982, p. 92).

Esse aquecimento ideológico, municia os integrantes para as cenas que trabalharíamos em seguida, um grande exemplo foi no segundo encontro onde trabalhamos o Teatro Jornal. Nesse debate que aquecia a cena, foi apresentado uma matéria jornalística que tratava sobre a LGBTfobia no ambiente educacional. A proposta era simples, lerem e debaterem o que entenderam com toda turma a partir do seu conhecimento, reconhecimento e suas vivências, em seguida, levarem para cena as suas indagações, reflexões e pesares, de acordo com o que a reportagem expunha ou do que ela deixava de expor. Para melhor compreensão do que destaco neste parágrafo vide apêndice B.

Figura 2 – Matéria jornalística



Fonte: Jornal Correio Braziliense, 2017.

Essa educação libertadora e em comunhão, era extremamente necessária para que partissem do grupo as respostas a serem respondidas. O aquecimento ideológico faz com que os educandos entre si, a partir do auxílio do educador, possam encontrar o caminho da sua própria aprendizagem. Por isso que o Teatro do Oprimido propõe uma educação Libertadora. No TO não existe uma solução pronta, ou ações mágicas, nem se quer uma resposta concreta, o que existe é o debate e a reflexão, para que, ao mesmo tempo, educandos e educadores cheguem juntos ao que se propõem a ser uma solução.

Diante disso, se torna perceptível a precisão e a adaptação de uma educação libertadora para que possamos tratar da LGBTfobia nos ambientes educacionais. É preciso quebrar a relação dominadora da educação “bancária” para que haja diálogo, reflexão e ação, dentro das salas de aulas. É preciso delegar aos educandos a possibilidade de se perceberem dentro das relações de poder e com isso, compreenderem as conexões entre oprimidos e opressores.

3.3 BNCC e tema transversais nos PCNs

Sabe-se que muito se discute sobre a seguridade de se trabalhar sobre questões LGBTQs+ dentro dos ambientes educacionais, pois, muitos pais ou gestores não concordam com a iniciativa do debate por se tratar de um tema ainda tão tabu na sociedade. Então, o que se faz é fingir que as questões de gênero e da sexualidade não circundam o espaço educacional, deixando jovens discentes LGBTQs à própria sorte, o que como já foi dito neste texto, traz diversas consequências para vida adulta dessas crianças e pré-adolescentes.

Isso se tornou ainda mais óbvio durante a oficina do estágio docente quando os relatos da turma começaram a ser expostos em cena. Não existia nenhum tipo de auxílio dos formadores ou dos discentes referentes às opressões LGBTQfóbicas que aqueles alunos e alunas sofriam, ao contrário disso, muitas vezes partiam dos próprios educadores a discriminação vivenciadas por essas pessoas *queer* dentro do universo escolar.

Porém, a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2018) na área de Artes, para o ensino fundamental I e II, por exemplo, fala sobre como a arte pode ser um componente curricular extremamente eficaz para se trabalhar e debater questões sobre a sociedade, as diferenças e a pluralidade humana. A BNCC diz:

A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte. O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas (2018, p.193).

É correto afirmar que a discussão da LGBTQfobia no ensino se trata no direito da cidadania humana, no respeito às diferenças e no diálogo da pluralidade social, que todos estamos inseridos, inclusive crianças e pré-adolescentes. Portanto, as questões e problemas que permeiam a comunidade LGBTQ+ é sim de importância educacional e tanto pode como deve ser abordado dentro de sala de aula.

Já no ensino médio não existe nenhum tipo de orientação educacional referente às artes na BNCC, porém, nos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais (1997),

encontramos diretrizes de orientação educacional referente à educação e suas tecnologias. Uma dessas diretrizes são os temas transversais, de acordo com esse referencial, a nossa primeira educação é transmitida pela família, porém, também recebemos e encontramos por meio das nossas convivências, pelas mídias, tv, cinema, como também dentro do ambiente educacional, e como já foi dito nesse texto, a escola é o primeiro encontro com as normas e as disciplinas sociais, e da mesma forma, também com a diversidade. Thiago da Silva traz uma definição bem interessante sobre os temas transversais nos PCNs em sua pesquisa.

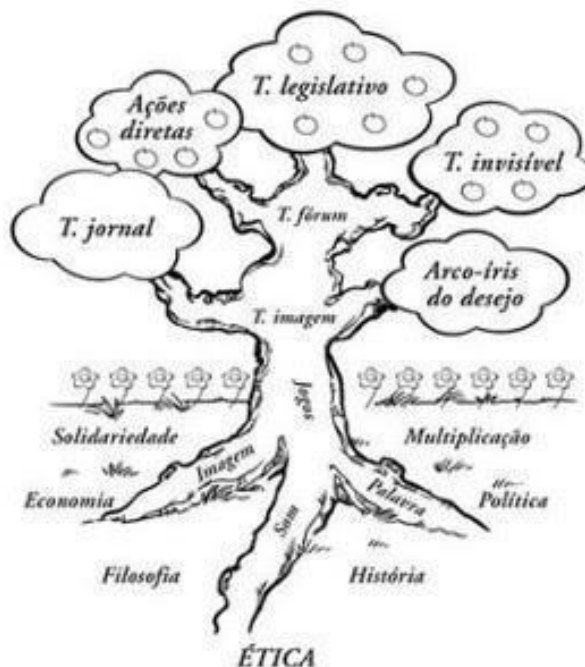
Desta forma, para que o aluno pudesse entender a diversidade social da qual faz parte, foram criados os temas transversais. Os temas transversais relacionam-se à vida social, portanto, não são específicos a uma determinada área do conhecimento. O documento visa contribuir para a formação de sujeitos que ajudem a construir uma sociedade mais justa para todos. Os temas transversais apresentados no documento são: Ética, Pluralidade cultural, Meio ambiente, Saúde e orientação sexual. Os temas transversais não foram incluídos como novas matérias da educação básica, mas como conteúdo de todas as matérias existentes. Propõe-se que os temas sejam trabalhados em projetos interdisciplinares, ou mesmo transversalizados pelos professores dentro de suas disciplinas (2018, p.25).

Os temas transversais dão a possibilidade de se trabalhar questões humanas e sociais extremamente necessárias, e obviamente as questões de gênero e de sexualidade estão entre elas. Desse modo, é perceptível que a LGBTfobia tem sim espaço de debate dentro das escolas brasileiras, e o que precisa ser feito são iniciativas educacionais e metodologias, como as que foram feitas durante o estágio docente aqui descrito, no qual as questões LGBTs tiveram seu momento de trabalho pedagógico e de reflexão para se restabelecer uma consciência e uma visão crítica do espaço onde estamos inseridos e do mundo.

A arte e mais especificamente o Teatro do Oprimido são ferramentas metodológicas incrivelmente eficazes para se abordar o tema da LGBTfobia. Sendo que se trata de uma sistematização artística teatral fortemente conectada com a educação libertadora de Freire. O diálogo entre a Pedagogia do Oprimido e o Teatro do Oprimido resulta em uma sistematização artística pedagógica capaz de construir uma educação libertadora e menos LGBTfóbica.

3.4 Aspectos da árvore do T.O como mecanismo de reflexão

Figura 3 - Árvore do Teatro do Oprimido



Fonte: Secretaria de educação do Paraná, 2013

É importante contextualizar que a expressão, Teatro do Oprimido é um termo guarda-chuva para se tratar de diversas técnicas e formas de se fazer esse teatro político, prático e representativo. Boal organizou em forma de uma árvore para essa união de técnicas e possibilidades teatrais, logo, por serem interdisciplinares, é preciso perceber e refletir como esses métodos são eficazes para um teatro desenvolvido para meios pedagógicos da libertação da educação, em busca da diversidade no ambiente escolar.

O Teatro do Oprimido é organizado como uma árvore, que tem algumas ordens básicas de prioridade para todas as técnicas, dessa forma ligamos todas ao TO, já que são plantadas no mesmo solo e baseadas na mesma ideia. Desse modo, mesmo que aconteçam ramificações de metodologia e técnicas, ainda assim, farão parte de um só conjunto, de uma só ideia central, que é fazer com que os oprimidos percebam as relações de poder que estão inseridos. Ele acredita que “Essa diversidade não é feita de técnicas isoladas, independentes, mas guardam estreitas relações entre si, e

tem a mesma origem no solo fértil, da ética e da política, da história, e da filosofia” (BOAL, 2019, p.13).

A ética, política, história e a filosofia são o solo fértil que nutre a árvore do Teatro do Oprimido, sem essa base sem esse solo, a árvore não tem vida, não tem significado, porém, também podemos perceber ao redor dela a solidariedade e a multiplicação, que pode ser analisado como influência para o crescimento e um bom desenvolvimento dessa árvore, como também os frutos provenientes dela que ao cair no chão possa se multiplicar. Segundo Boal (2019) a solidariedade e a multiplicação são parte crucial para uma boa evolução do Teatro do Oprimido.

As raízes desse teatro são, a palavra, o som e a imagem, e são a partir dessas raízes que a árvore do Teatro do Oprimido vai captando os nutrientes do solo, e assim levando para todo o seu corpo. Tudo que vem depois, como as técnicas, os jogos e exercícios, são baseadas nessas raízes, ela é a fonte que conecta o solo, a ética, a filosofia, a política e a história com toda a árvore. De forma objetiva, o TO utiliza a palavra, o som e a imagem como sustentação para sua metodologia pedagógica.

Em seguida, temos o tronco dessa árvore, que é a grande estrutura dela, que está baseada nos jogos, no Teatro Imagem e no Teatro-Fórum. Os jogos dentro do Teatro do Oprimido carregam uma força de transformação muito expressiva, a ideia básica dos jogos é a desmecanização dos corpos presentes na ação, Boal (2019) entende o corpo oprimido com uma estrutura automatizada, não se percebe sobre sua forma de andar, por exemplo, ou de sentar, é um corpo completamente automático, refém das suas opressões.

Essa é a ideia central dos jogos, a desmecanização dos corpos, e a partir disso se fazer perceber por meio da reflexão as opressões que ele carrega, diante disso, os jogos tiveram grande parcela durante o processo pedagógico do estágio docente, era a partir dele que se fazia compreender as dinâmicas de opressões, as construções de personagens e as cenas desenvolvidas. Boal em seu livro também traz uma alusão muito interessante referente ao jogo e a vida.

Os jogos, porque reúnem duas características essenciais da vida em sociedade: possuem regras, como a sociedade possui leis, que são

necessárias para que se realizem, mas necessitam de liberdade criativa para que o jogo, ou a vida, não se transforme em servil obediência. Sem regras não há jogo, sem liberdade não há vida (BOAL, 2019, p.14-15).

Temos a seguir o Teatro Imagem, esse método de se fazer Teatro do Oprimido surgiu durante a participação de Boal em um projeto de alfabetização de indígenas no Peru. A comunicação verbal era de certa forma prejudicada pelo número de línguas faladas por cada etnia, então, era necessário que houvesse uma comunicação não verbal para se atingir os objetivos.

Desse modo, surge a ideia de uma encenação pela qual se priorize a ação não verbal, para percepção das imagens que os corpos podem produzir e podem transmitir, como um sorriso ou um olhar, sentimentos como a raiva, a dor, a felicidade ou ideias subjetivas, como a opressão.

Através das imagens se busca a percepção das opressões vivenciadas por cada corpo. A experiência do Teatro Imagem dentro da oficina, teve um ganho muito importante para o desenvolvimento do trabalho, foi a partir dele que houve reconhecimento e a conexão através da turma.

Segundo Boal (2019), o Teatro-Fórum é a técnica do Teatro do Oprimido mais difundida em todo o mundo. Se trata de um teatro participativo, democrático e prático, esse teatro pedagógico possibilita a ação de transformação de opressões encenadas. Os atores em meio a plateia encenam uma situação de opressão onde o oprimido falha na tentativa de se defender, então o grande diferencial do Teatro-Fórum acontece, os *spect-atores* que é a plateia, é convidada a solucionar aquele processo opressivo através da teatralidade, os *spect-atores* tomam a cena para si, a opressão para si e vão em busca de caminhos para superá-las.

É um teatro, capaz de produzir ação prática, empatia e reflexões de superação de opressões. Ele acredita que “O teatro deve ser um ensaio para ação na vida real, e não um fim em si mesmo. O espetáculo é o início de uma transformação social necessária e não um momento de equilíbrio e repouso. O fim é o começo!” (BOAL, 2019, p.16). O Teatro-Fórum tem um poder pedagógico tão eficaz que era comum durante a sua utilização na oficina, ouvir dos discentes participantes do trabalho, que

mesmo sendo LGBTQs+, algumas vivências apresentadas, eram particularmente assustadoras. Diante disto, o Teatro-Fórum conseguia produzir empatia até mesmo a quem conhece as dinâmicas discriminatórias e opressivas de um grupo.

Nas folhas temos o Teatro Jornal, o Teatro Legislativo, o Teatro Invisível, o Arco-íris do Desejo e, por fim, as Ações Diretas. O Teatro Jornal surgiu no Brasil durante a ditadura civil militar, foi um teatro em resposta à censura da época. A sua ideia básica é a análise de matérias de jornais, revistas e outros meios de comunicação, em busca de detalhes que apareça tentar ser censurados ou que não se dê a devida importância.

Um tipo de ramificação dessa técnica foi trabalhado durante o estágio docente. Fomos em buscas de manchetes que tratavam da LGBTQfobia no ambiente educacional. O que foi bastante intenso, logo em seguida debatemos sobre elas e, a partir dessas análises, se constrói e se vai para cena. Essa técnica é considerada o ponto de partida do Teatro do Oprimido, foi a primeira técnica a ser desenvolvida por Boal.

O Teatro Jornal serve para desmistificar a pretensa imparcialidade dos meios de comunicação. Se jornais, revistas, rádios e TV vivem economicamente dos seus anunciantes, não permitiram jamais que informações ou notícias verdadeiras revelem a origem e a veracidade daquilo que publicam, ou quais interesses servem - a mídia será sempre usada para agradar aqueles que a sustentam: será sempre a voz do seu dono (BOAL, 2019, p.15-16).

O Teatro Legislativo surgiu com a entrada do Boal na câmara de vereadores da cidade do Rio de Janeiro como vereador eleito pelo PT (Partido dos Trabalhadores). É uma técnica que funde o Teatro-Fórum com as casas Legislativas, e o seu objetivo central é utilizar os spect-atores, para não só possibilitar caminhos para intervenção de uma opressão de forma instantânea, como também produzir projetos reais e viáveis de leis para ser enviados às câmaras e assembleias legislativas. É um teatro que possibilita de forma real, a participação da população dentro da política. Um grande exemplo disso, foi um projeto de lei aprovado na câmara de vereadores do Rio de Janeiro, que proibia a não execução de serviços e atendimentos a pessoas LGBTQs+ na cidade do Rio, projeto esse proveniente de um espetáculo de Teatro Legislativo.

Essas propostas foram analisadas pelos assessores parlamentares e pelo próprio vereador Augusto Boal. Proveniente dessa apresentação, foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ a lei municipal de número 2475/96, que pune qualquer estabelecimento comercial que discrimine alguém por sua orientação sexual. Hoje essa lei se ampliou a partir de programas como Rio sem Homofobia e Brasil sem Homofobia, sempre com pressão das organizações do movimento LGBT. (SANCTUM, 2015, p.22).

O Teatro Invisível é uma outra técnica muito eficaz para se trabalhar opressões, a ideia central desse teatro é possibilitar a interação, atores *spect-atores* sem que se perceba que se trata de teatro. Um lugar público é escolhido para que a teatralidade aconteça, e a partir disso uma cena de opressão é posta a todos presentes naquele espaço, realidade e ficção no mesmo lugar, ao mesmo tempo. Assim, “Atores e espectadores encontram-se no mesmo nível de diálogo e poder, não existe antagonismo entre sala e a cena, existe superposição. Esse é o teatro invisível” (BOAL, 2019, p.17).

O Arco-íris do Desejo são técnicas que possibilitam a percepção de opressões internalizadas, para que possam trabalhar em cima disso de forma teatral. Ou seja, “O objetivo é mostrar que essas opressões internalizadas tiveram sua origem e guardam íntima relação com a vida social” (BOAL, 2019, p.16).

E para finalizar, temos as Ações Diretas, que nada mais é do que a teatralização de ações políticas, como manifestações, marchas, desfiles, e mais que for de fórum político, desse modo, se utiliza de todas as formas cênicas possíveis, como coreografias, canções, encenações de textos, dentre outros.

Portanto, a árvore do Teatro do Oprimido torna visível a sua metodologia, suas possibilidades, suas tecnologias e técnicas de ação teatrais práticas para lidar e combater opressões. As últimas três técnicas não foram desenvolvidas durante o pequeno tempo que tivemos no estágio docente, porém, todas foram de alguma forma mencionadas. O não tratamento e a exclusão do debate da LGBTfobia no ambiente escolar não se sustenta mediante a essa vasta metodologia pedagógica que o Teatro do Oprimido apresenta.

3.5 T.O como proposta metodológica para se combater a LGBTfobia no ambiente educacional

O Teatro do Oprimido desde sua estruturação, tem como objetivo justamente colocar as opressões sociais em linha de frente do debate. Conforme Alexandre Bortolini (2015), o TO é um instrumento muito poderoso para quem presencia a sua manifestação, porém, se faz ainda mais forte dentro do seu desenvolvimento, teatral e educacional. O processo de criação de personagens, seus exercícios, técnicas e jogos, podem articular um método de uma educação participativa, prática e consciente bastante eficaz dentro do ensino.

Quando fazemos essa correlação do Teatro do Oprimido com as questões LGBT+ dentro da educação, o que acontece é uma expressiva tomada de visibilidade que debates como esses nunca o tiveram, assim como também pessoas *queer* nunca foram proporcionadas. Daí a necessidade e vontade de se desenvolver o debate.

A grande problemática social, e consequentemente educacional (porque a educação é inerente a sociedade), é que a heteronormatividade e a cisnormatividade sempre foi colocada como o ciclo natural da vida humana, portanto, tudo que partisse fora dessa norma era considerado antinatural, como resultado disso o que acontece, segundo Alexandre Bortolini (2015), é a obviedade da hétero e cis norma, e aquilo que é óbvio não se pensa, nem se questiona, é apenas naturalizado.

As opressões vivenciadas por pessoas LGBTs+ são naturalizadas dentro da sociedade e dentro da educação, e o Teatro do Oprimido chega como metodologia justamente para evidenciar a necessidade de quebrar esta invisibilidade. Com isso, “Todo o esforço na construção de um espetáculo de Teatro-Fórum é no sentido de conseguir traduzir em imagem e ação aquilo que muitas vezes passa despercebido no nosso cotidiano de opressão naturalizada” (SANCTUM, 2015, p.60). Desta maneira, o Teatro do Oprimido oportuniza que pessoas LGBTs+ possam por si, falarem das suas vivências, e das suas opressões. Não se constrói um teatro representativo como esse, a partir da imagem do outro sobre si, mas de você sobre si mesmo.

Diante da necessidade de se pensar sobre a imagem que temos de nós mesmos e de outras pessoas LGBTQs+, em uma das aulas da oficina, vivenciamos sobre ótica do Teatro Imagem. Inicialmente os participantes foram apresentados à ideia dessa técnica teatral, em seguida, tivemos um pequeno debate sobre a LGBTQfobia, mediado através de uma imagem fotográfica e do aquecimento ideológico, para que, por fim, fossem para a cena praticar o Teatro Imagem.

Figura 4 – Teatro Imagem



Fonte: Léo Milano/Mídia Ninja/Reprodução/Facebook, 2018.

Essa foi a imagem apresentada ao grupo e nela podemos perceber a intensa agressividade de um dos homens, aparentemente da extrema-direita, para com uma pessoa *queer*. Outro homem filmando a situação e, por fim, os policiais parados, olhando e assistindo o ocorrido. Só nessa imagem temos uma aula sobre história e geopolítica atual do Brasil, e essa era a ideia, fazê-los perceberem a potência dessa imagem e se fazerem críticos a partir dela.

A imagem é rica em cena, pelo poder de conseguir transmitir ideias e sentimentos. Nesse processo educacional dentro do estágio docente, era imprescindível fazer com que todo grupo se enxergasse uns nos outros e que a partir das imagens apresentadas (que eram fotos de momentos sofridos dentro do ambiente escolar), pudesse haver algum tipo de conexão entre essas pessoas para que não fosse mais necessário se perceber, a partir da visão da cisheteronormatividade sobre corpos LGBTQs+.

Por muito tempo, pessoas *queer* tiveram suas histórias, suas vivências e corpos narrados pela ótica dos seus opressores, tiveram suas vidas moldadas pelas mãos dos seus algozes, o que se sucedeu na sua desumanização e na objetificação do seu ser. Logo, um dos grandes objetivos da oficina era fazer com que aquele grupo de pessoas LGBTQ+ fossem os próprios autores do seu processo dramático.

Homossexuais, bissexuais, transsexuais foram (e ainda são) sujeitos desautorizados a falarem de si mesmos. Mais que isso, foram historicamente alvos (e produtos) do discurso médico, jurídico, religioso. As palavras criadas para fala dessas pessoas foram, em boa parte, ou fruto do discurso psiquiátrico – inventadas para categorizar uma patologia –, ou discurso religioso – identificando pecado e pecador –, ou simples palavras de ofensas usadas para, pela violência simbólica, marca seu lugar de inferioridade ou abjeção (SANCTUM, 2015, p.61).

Sendo assim, o Teatro do Oprimido visibiliza as relações de opressão vivenciadas por pessoas LGBTQ+, dando voz a elas, e proporcionam que contem suas histórias, suas vivências e suas dores, a partir do seu contexto, da sua realidade. Usando seu corpo e as marcas que ele carrega, como fonte principal de saber.

A educação libertadora e sua prática restaura a humanidade do ser, e é isso que esse Teatro de ação popular faz, restaura a voz, o lugar de fala, e do discurso, visibilizando o ser humano LGBTQ+. Que antes de LGBTQ+ é humano. “No T.O o sujeito representado é o protagonista da sua própria representação. Não que o personagem em cena seja mais realista ou verdadeiro – continua sendo teatro, continua sendo representação, mas uma representação de si, construída por si, e não pelo outro” (SANCTUM, 2015, p.62).

Freire (2021) sinaliza sobre uma educação da comunicação, na qual não existe um ser detentor do poder, mas, uma educação em comunhão, e o Teatro do Oprimido e mais em especial o Teatro-Fórum se faz uma metodologia da educação libertadora, justamente por proporcionar aos estudantes a ação comunicativa e prática através do fazer teatral.

Durante a oficina não era proporcionado ao grupo a existência de caminhos prontos para superação de opressões. Ao contrário disso, era na comunicação, como também durante a prática que os participantes foram se envolvendo e construindo

caminhos e formas de superá-las: “Homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação. Obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase “coisas” e isso é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários” (FREIRE, 2021, p.172).

Outra característica muito forte do Teatro-Fórum que torna ele ainda mais poderoso, e ainda mais pedagógico, é a capacidade de produzir empatia. Quando trabalhamos com vivências e experiências reais (LGBTs+, por exemplo), dentro do teatro, e colocamos os *spect-atores* dentro da ação dramática, embutimos nela a possibilidade e a capacidade, mesmo que de forma efêmera, de se perceber naquele lugar de opressão e isso faz com que se produza empatia.

Mesmo que alguém por algum motivo não queira e não substitua o oprimido em cena, ainda assim será capaz de estabelecer uma conexão empática com o personagem, ou até mesmo ao ator, já que são suas experiências opressivas evidenciadas em cena.

Pensando em se produzir essa empatia, gerada pelo fazer teatral, que todas as atividades produzidas durante o processo da oficina, munido pelas técnicas do Teatro Imagem, Jornal e Fórum. Foi transformado em uma grande cena, nomeada como “Relatório³”, e apresentada de forma virtual, durante a mostra pedagógica “Conexões Virtuais”, encontrada facilmente no youtube. Dessa forma, todo trabalho dramatúrgico foi concebido por cenas auto relatadas pelos autores participantes da oficina, que utilizaram das suas vivências, traumas e opressões, para se produzir empatia, e canalizá-las dentro do processo pedagógico, reflexivo e de transformação a quem o assiste.

Para Boal, a empatia “é uma relação emocional entre personagem e espectador. Uma relação que pode ser construída basicamente de piedade e terror,

³ Conexões Virtuais Sinopse: Esta é a mostra Pedagógica Conexões Virtuais, dirigida pela turma de Prática de Estágio em Pedagogia em Teatro III. Ela é composta por 6 trabalhos desenvolvidos pelos(as) estudantes de licenciatura em teatro: Alan Aljó, Alexandre Militão, Angel Oliver, Bruna dos Anjos, Luiz Buranga e Thiago Li, e contou com a orientação do Prof. Luís Cláudio Cajaíba e da Prof. Lucy Castro. Publicado no youtube no dia: 04/06/2021 Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UXLriwj2sZg>

como sugere Aristóteles, mas que igualmente pode incluir outras emoções” (2019, p.57). Diante disto, o Teatro-Fórum possibilita ao educando um formato prático de se pensar e transmitir educação, para que diálogos e debates de diversos gêneros possam ser estabelecidos, tanto dentro das salas da educação formal, como não formais, a exemplo da oficina. Durante o estágio III, essa metodologia de um teatro pedagógico do TO, foi utilizado e reutilizado diversas vezes durante o processo.

Desse modo, foi utilizado o Teatro-Fórum durante o estágio docente para se produzir ação. O que se constrói para a cena, o que é reconstruído pelo *spect-ator*, são formas de se produzir a ação. Montamos vivências reais, de oprimidos reais, que tomam seus lugares na existência das suas histórias, geramos empatia a partir dessas vivências, e mobilizamos para ação, que também é dramática, porém, sobre tudo, é ação real, porque como já foi dito nesse texto, o Teatro do Oprimido é um ensaio para vida.

Textos e cenas, construídos a partir de experiências concretas dos sujeitos, guardam muita capacidade de se produzir empatia. Empatia canalizada para o debate. Debate focado no que vamos fazer, como, quando e onde. Uma apresentação de Teatro-Fórum nos mostra uma realidade que precisa ser transformada e já nos dá a oportunidade de (nos) exercitar para a mudança (SANCTUM, 2015, p.63).

Logo, se utilizar da pedagogia do Teatro-Fórum durante o processo de estágio, foi utilizar da força prática, da força emocional e da força reflexiva, dentro de cada participante. Dessa forma, de acordo com Robert Gordon (2015), aplicar o Teatro do Oprimido em sala de aula, é garantir um espaço seguro para que cada estudante possa guiar seu próprio conhecimento, e a partir disso ir construindo seu próprio caminho de reflexão, consciência crítica e diálogo para transformação das suas relações de opressões.

Diante disso, é muito importante se falar também da relação docente X discente dentro desse processo do Teatro do Oprimido. Não podemos esquecer que ele é um processo pedagógico, logo, precisa ser acompanhado, entretanto, não é de direito do educador dizer, ou interferir nas intervenções dos estudantes, nomear certas ou erradas. Muito pelo contrário, é dentro da sua neutralidade que se guia os educandos a observarem as relações de opressão, dentro das suas vivências e reflexões:

O que se espera de um educador na atualidade não é que ele leve conceitos acabados para os alunos, mas sim que faça do aluno parte ativa do processo de aprendizagem, observando, analisando, fazendo relações entre suas experiências e o conhecimento apresentado e desenvolvendo reflexões críticas que passem a fazer parte de sua vivência (MARQUES, 2013, p.21).

Dentro do Teatro do Oprimido esse papel pedagógico é desenvolvido por uma figura chamada de Curinga. A ideia do Curinga no TO é de articulação entre os dois mundos, entre a cena e os espectadores, ele deve ser o mediador, não o que sabe tudo e tem as respostas, até porque não é dele o dever de responder, mas sim de questionar. A melhor resposta de um Curinga é uma pergunta. Quem ocupa esse cargo, tem que se preocupar em fazer com que as pessoas se questionem, si conheçam e percebam suas relações com o sistema de opressão que estão imersos, procurando assim modificar essa realidade.

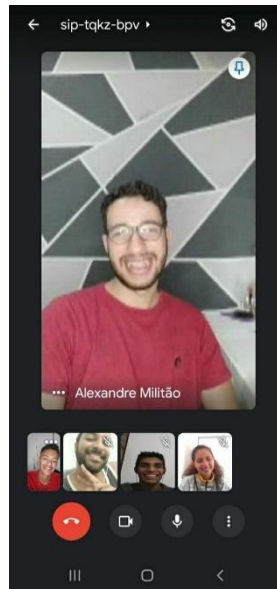
O trabalho pedagógico do Curinga é se fazer perceber as relações de poder em cena. E assim fazer enxergar as relações de poder fora da cena. Ali se fazem ver os sujeitos (e nós mesmo) nas dinâmicas das suas (ou seria nossas?) relações em sua expressão mais cotidiana (familiar). Uma peça é uma estratégia didática (melhor que muitos artigos que li por ai) que visibiliza artisticamente as relações de poder. É um espaço de leitura (crítica) do mundo (não só pelas palavras, mas pela imagem-palavra-ação) (SANCTUM, 2015, p.61).

É esse é o papel que o educador precisa ocupar, estabelecer essa relação conexa com o Curinga, não o do possuidor das respostas, e sim o de depositário de questionamentos. Em vista disso, durante a oficina, a proposta foi se debruçar em tentar fazer os educandos críticos, a buscarem seus caminhos para seus questionamentos, entender as relações de poder e de opressão, para que possam se sobrepor a isso.

Diante de tudo isso, e da experiência vivenciada de estágio docente, acredito que é possível afirmar que, o Teatro do Oprimido se faz como uma metodologia extremamente eficaz no debate e na superação da LGBTfobia dentro do ambiente educacional, por se tratar de uma pedagogia da ação prática, participativa, comunicativa, libertadora e reflexiva do mundo, das relações de poder e de opressões que esses alunos e alunas *queer* estão inseridos. O TO é uma “Ferramenta pedagógica: porque produz aprendizado; epistemológica: porque produz

conhecimento; e política: porque age na transformação das relações de poder” (SANCTUM, 2015, p.62).

Figura 5 – Última aula



Fonte: Alexandre Militão, 2021

Acredito ser importante salientar, que todos participantes da oficina chegaram com uma carga muito grande, referente às violências vivenciadas na ótica LGBTfóbica, e isso ficou bastante óbvio desde o primeiro dia, com o jogo “quebra de repressão”. Naquele momento foi perceptível o quanto ainda era doloroso falar ou viver as opressões LGBTfóbicas. A discriminação referente a corpos *queer* na infância e adolescência é muito mais traumático, seus estilhaços ferem muito mais. Um homem ou uma mulher adulta que passa por isso, mesmo sendo difícil, se tem o abraço da maturidade, faz entender e perceber o mundo com olhar mais técnico. Quando falamos de crianças e adolescentes o caminho é outro, a dor não se dissolve ao longo do tempo, ela permanece, ao ponto de chegar à vida adulta.

Portanto, era objetivo da oficina fazer com que se encontrassem com esse passado traumático, para que eles, os participantes, compreendessem a importância de uma educação inclusiva, libertadora e cheia de diversidade. A oficina fez com que eles se percebessem e observassem o seu lugar nesse sistema de opressão, para

que a partir disso, pudessem construir seu próprio processo de empoderamento e de resposta a esse sistema.

Considerações finais

Diante de tudo que foi apresentado neste trabalho, acredito ser importante reafirmar alguns pontos. Hoje é de conhecimento público, que o Brasil é o país que mais mata, pessoas LGBTQTs+ no mundo. E isso, é devido a sua construção colonialista, moral e religiosa, herança de um povo branco, europeu, que invadiram territórios indígenas, e foram estabelecendo de forma genocida suas crenças, filosofia e cultura.

Logo, a educação brasileira é fruto dessa colonização, pautada no machismo e na LGBTQTfobia. Que normaliza o apagamento e invisibiliza corpos queer, que conseqüentemente resulta em comportamentos agressivos e discriminatórios, dentro do espaço escolar. Por meio dos próprios colegas, ou até mesmo pelo corpo docente.

Dessa forma, pessoas LGBTQTs+ têm por muitas vezes, seu direito à educação, negado, quando abandonam seus estudos devido à pressão de compor aquele espaço de ensino. Ou acabam carregando traumas e conseqüências psicológicas, para o resto da vida, devido ao processo educacional LGBTQTfóbico que retalha, humilha e modela seres LGBTQTs+.

Em vista disso, e pensando nesse problema onde nos encontramos, que esse trabalho defende o conceito, de uma educação libertadora paulofreiriana, a partir da metodologia pedagógica do Teatro do Oprimido, para se desconstruir pensamentos e práticas LGBTQTfóbicas dentro do universo escolar. Portanto, a atividade de oficina elaborada no estágio docente, serviu como fonte de ação e teoria para um embasamento prático de um teatro político como TO, em conexão com as questões LGBTQTs+ no ambiente educacional.

O trabalho desenvolvido durante o componente Prática de Estágio em Pedagogia do Teatro III, de acordo com minhas percepções e do grupo participante, teve como resultado, um alto conhecimento dentro da relação problemática, oprimido, opressor; um maior desenvolvimento crítico, referente as que questões LGBTQTfóbicas, na sociedade e dentro da escola. E progressos mediante a auto percepção, auto estima e empoderamento.

Tendo como objetivo maior, fazer com que as pessoas que estavam participando da oficina tivessem um encontro real e verdadeiro consigo mesmo, e entendessem o processo educacional de opressão onde estavam incluídos, e que a partir disso, pudéssemos trabalhar o autoconhecimento e seu empoderamento como forma de resposta ao sistema educacional e social que estão incluídos.

Por fim, acredito ser importante salientar, que a experiência docente vivenciada durante o estágio obrigatório III, aqui relatada, tem uma profunda relevância, de consciência moral, analítica, pedagógica, metodológica e artística, para minha formação enquanto professor, em especial um professor LGBT. Para que eu possa estar ciente, do meu dever no corpo social e na educação artística e crítica dos meus futuros educandos. Em busca de uma educação e uma sociedade menos LGBTfóbica.

Referências

- MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 8 out. 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Nota da ANTRA Sobre Cotas e Reservas de Vagas em Universidades Destinadas a Pessoas Trans**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 15 set. 2021.
- BÁRBARA SANTOS. **A Arte do Curinga**. Disponível em: <http://kuringa-barbarasantos.blogspot.com/2010/08/arte-de-curingar.html>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BBC NEWS. **LGBTs Sofriam Tortura Mais Agressivas, Diz CNV**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguiacao_ditadura_rb. Acesso em: 17 set. 2021.
- BBC. **O Terceiro Gênero do Sul do México**. Disponível em: <https://www.bbc.com/travel/article/20181125-the-third-gender-of-southern-mexico>. Acesso em: 28 set. 2021.
- BIBLIOTECA DIGITAL. **Teatro do oprimido no ensino médio e os aspectos sociais e educativos que o englobam**. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/5283>. Acesso em: 21 set. 2021.
- BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido**: e outras poéticas políticas. 1. ed. São Paulo-SP: 34, 2019.
- BORRILLO, D. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.
- CORINO, L. C. P. Homoerotismo na Grécia antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. **BIBLOS**, [S. l.], v. 19, p. 19–24, 2008. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/249>. Acesso em: 14 out. 2021.
- CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE MINAS GERAIS. **17 de Maio: Dia Internacional de Enfrentamento da LGBTfobia**. Disponível em: <http://ces.saude.mg.gov.br/?p=7850>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- COSTA, D. D. O. Educação Para a Sexualidade, Igualdade Das Relações de Gênero e Diversidade Sexual: Possibilidades e Limites. **Saberes Docentes em Ação**, Maceió-AL, v. 2, n. 1, p. 131-144, nov./2016. Disponível em: www.maceio.al.gov.br/semed/saberes-docentes-em-ação/. Acesso em: 6 set. 2021.
- DIA A DIA EDUCAÇÃO. **Árvore do Teatro do Oprimido**. Disponível em: <http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1259>. Acesso em: 17 out. 2021.
- FÓRUM. **Filho da Cantora Walkyria Santos Comete Suicídio Após Sofrer Homofobia**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/homofobia-lucas-sucidio/#>. Acesso em: 14 set. 2021.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 77. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2021.
- POSSAMAI, Paulo César.. **Homoerotismo na Roma Antiga**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br > humanidades > ARTIGOS>. Acesso em: 4 out. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 4 out. 2021.
- GRUPO GAY DA BAHIA . **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2019**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 13 set. 2021.
- LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero e Sexualidade na Educação**: Uma Perspectiva Pós-estruturalista . 10. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
- LOURO; G, L.. **O Corpo Educado**: Pedagogia da Sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte-MG: Editoração Eletrônica, 1999.
- LUIZ MOTT. **Igreja e Homossexualidade no Brasil**. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/igreja-e-homossexualidade-no-brasil-cronologia-tematica-1547-2006/>. Acesso em: 28 set. 2021.
- REIS, Toni. **Homofobia no Ambiente Educacional**: o silêncio está gritando. 1. ed. Curitiba-PR: Appris Ltda, 2015.
- SANCTUM, Flávio et al. **Teatro do Oprimido e Outro Babados**: A diversidade sexual em cena. 1. ed. Rio de Janeiro-RJ: Metanoia, 2015. p. 12-147.
- SILVA, L. R. N. Travesti Preta Não é Bagunça . **África e Africanidades**, Salvador-BA, v. 9, n. 33, p. 1-3, fev./2020. Disponível em: <https://africaeaficanidades.online/documentos/0220022020.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- SILVA, Thiago. **Professor de Teatro Como Agente Contra LGBTQfobia na Escola**. 1. ed. Brasília-DF: [s.n.], 2018. p. 1-47.
- SOARES, Douglas Verbicaro. A Discriminação á Homossexualidade na História do Totalitarismo Nazista: Os Triângulos Rosas de Esquecidos dos Campos de Concentração e Trabalho Forçado. **Pensamento Jurídico** , São Paulo-SP, v. 14, n. 3, p. 163-199, dez./2020. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/236>. Acesso em: 23 set. 2021.
- VIEGA, Lucas. **A diáspora da bicha preta**: Sobre o ser negro gay no Brasil, Tabuleiro de Letras, Salvador, 2018.

Apêndices

A – Planos de aula

Oficina: Arco-íris Preto e Branco: memórias em cena
Professor: Alexandre Militão

Plano de Aula - 01

PLANO DE AULA
TEMA: Nossas bagagens
EMENTA DO PROJETO PEDAGÓGICO
Ampliar a discussão sobre a LGBTfobia no espaço escolar e a falta de diversidade, utilizando da poética do Teatro do Oprimido como disparador Criativo, emocional e afetivo para acessar essas memórias e utilizá-las em forma de cena.
OBJETIVOS
GERAL Conhecer a turma, seu perfil, vontades e apresentar a ementa da oficina.
ESPECÍFICOS Entendê-los enquanto grupo, e que esperam da oficina; Instigá-los a se expressar, a sentir seus corpos e seu lugar; Deixá-los com vontade de querer mais; Criar uma unidade de grupo de confiança; Entender como eles se observam nesse processo de dominação pela LGBTfobia.
CONTEÚDO/CONCEITOS
Teatro do Oprimido: Teatro imagem; Teatro Invisível; Teatro Fórum; Teatro Jornal; LGBTfobia dentro das escolas.
RECURSOS DIDÁTICOS
Não serão necessários
METODOLOGIA

<p>1º Momento – acolhimento da turma</p> <p>2º Momento - Apresentação do professor e da turma, com também da ementa da oficina</p> <p>3º Momento – alongamento e aquecimento musical</p> <p>4º Momento – jogo de integração do grupo, diga isso por mímica</p> <p>5º Momento – aquecimento ideológico.</p> <p>6º Momento – Contar para turma algum tipo de opressão sofrida na escola</p> <p>7º Momento - Jogo quebra de repressão dívida em 3 fases</p> <p>8º Momento – avaliação das atividades</p> <p>9º Momento – dedicar a oficina a uma pessoa LGBT importante ou Morta por LGBTfobia, palavra de impulsão</p>
AVALIAÇÃO
A partir dos depoimentos sobre o processo vivenciado, das participações nas atividades propostas.
REFERÊNCIAS
BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para ator e não-ator com vontade de dizer algo através do Teatro. Ed. 4º. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1982
OBSERVAÇÕES

Plano de Aula – B

PLANO DE AULA
TEMA: Nossas dores no Jornal da vida
EMENTA DO PROJETO PEDAGÓGICO
Ampliar a discussão sobre a LGBTfobia no espaço escolar, e a falta de diversidade, utilizando da poética do Teatro do Oprimido com disparador Criativo, emocional e afetivo, para acessar essas memórias, e utilizá-las em forma de cena.

OBJETIVOS
GERAL Apresentar o Teatro jornal e trabalhar com ele
ESPECÍFICOS Instigá-los a se expressar, a sentir seus corpos e seu lugar; Deixá-los com vontade de querer mais; Criar uma unidade de grupo de confiança; Entender como eles se observam nesse processo de dominação pela LGBTfobia.
CONTEÚDO/CONCEITOS
Teatro do Oprimido: Teatro imagem; Teatro Invisível; Teatro Fórum; Teatro Jornal; LGBTfobia dentro das escolas.
RECURSOS DIDÁTICOS
Não serão necessários
METODOLOGIA
1º Momento – acolhimento da turma, e apresentação do novo colega
2º Momento – alongamento e aquecimento musical, dança.
3º Momento – jogo contrário (perto/longe aberto/fechado alegre/triste)
4º Momento – jogo das emoções - amar depois odiar, até amar novamente, sem falas só com números
5º Momento – aquecimento ideológico. Estatística de violência lgbtfobias na escola, logo depois escrever
6º Momento – Teatro jornal, matérias jornalísticas serão entregues. 10min para construção de cena, utilizar das escrituras do aquecimento ideológico
7º Momento – apresentar as cenas.
8º Momento – avaliação das atividades
9º Momento – dedicar a oficina do dia a revolta de Stonewall palavra de impulsão

AVALIAÇÃO
A partir dos depoimentos sobre o processo vivenciado, das participações nas atividades propostas.
REFERÊNCIAS
BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para ator e não-ator com vontade de dizer algo através do Teatro. Ed. 4°. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1982
OBSERVAÇÕES